

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS:

LIÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL

Vagner Belarmino de Oliveira

RESUMO

A história tem mostrado que os Estados que exploraram o mar em todos os seus atributos, alcançaram posições de poder e prosperidade. Com o tempo esse conceito se expandiu além do que se faz nos oceanos para aquilo que se pode fazer a partir destes. Na dimensão da Estratégia Naval os estudiosos ampliaram o escopo das suas teorias, expandindo a ideia do conflito no mar, para a possibilidade da luta pelo mar. A China, em que pesem sua milenar história de nação continental e seu peso político na segunda metade do século XX (decorrente majoritariamente da capacidade nuclear), só despontou economicamente como ator global nos últimos quarenta anos, efetuando uma verdadeira “guinada para o mar” caracterizada pelo desenvolvimento do Poder Marítimo e do Poder Naval. A Estratégia Naval da China foi sendo moldada e adaptada em fases, de acordo com o tamanho da economia e com a extensão dos interesses a serem protegidos, expressas na forma de seus efeitos desejados, das características das operações e da área e dimensão de atuação, permitindo à sociedade chinesa a percepção do que lhe estava sendo oferecido. Brasil e China apresentam significativas semelhanças quanto à influência e ao relacionamento das suas continentalidade e maritimidade. O tempo e as circunstâncias distintas fizeram com que ambos concentrassem, na faixa litorânea e nas águas jurisdicionais marítimas a maior parte da população, seus principais ativos econômicos e financeiros e vitais estruturas críticas (de energia, unidades fabris, refinarias etc.), além do principal sistema que os conecta comercialmente ao resto do mundo (portos, terminais, estaleiros, cabos submarinos de comunicação, rotas marítimas etc.). Sua sociedade e seu Poder Político, por motivações distintas, mantiveram-se, por muito tempo, alheios às possibilidades de aproveitamento dos mares em proveito das expressões do Poder Nacional. O Brasil tem uma vital dependência econômica e estrutural dos oceanos, e estes constituem uma vulnerabilidade nacional que, por si só, justifica o planejamento e o investimento na defesa. Apesar de muito já ser feito no mar, ainda há espaço para transformá-lo em importante oportunidade de desenvolvimento. Contudo, essas constatações não estão na percepção da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do Poder Político. No que tange à Estratégia Naval brasileira, a pesquisa apontou a importância da priorização dos objetivos estratégicos marítimos, acompanhada da definição das ações a serem realizadas sobre cada um deles, inclusive explicitando como as demais Forças Armadas contribuiriam com o esforço de forma conjunta. A estratégia seria estabelecida em fases, facilitando a definição das capacidades tecnológicas militares a serem alcançadas e a otimização do emprego dos recursos orçamentários, historicamente limitados. É importante, ainda, que a referida estratégia seja explicitada por seus efeitos desejados, a fim de facilitar o entendimento pela sociedade e a gradativa percepção do valor de se integrar, também, o setor de defesa na estratégia de desenvolvimento nacional. Assim, a pesquisa permitiu a dedução de lições úteis à Marinha do Brasil a partir da evolução da Estratégia Naval da China.

Palavras-chave: *Brasil. China. Desenvolvimento. Estratégia Marítima. Estratégia Naval. Evolução. Lições. Poder Marítimo. Poder Naval.*

ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD - Anti Access/Área Denial
AJB - Águas Jurisdicionais Brasileiras
ASCM - *Anti-Ship Cruise Missile*
BID - Base Industrial de Defesa
C4ISR - Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
CAM - Controle de Área Marítima
CLPC - Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar
CMC - Comitê Militar Central (China)
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT&I - Ciência, Tecnologia de Defesa e Inovação
EMCFA - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Brasil)
ENB - Estratégia Naval brasileira
ENC - Estratégia Naval da China
END - Estratégia Nacional de Defesa (Brasil)
ENDES - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
EPL - Exército Popular de Libertação (China)
EUA - Estados Unidos da América
FFAA - Forças Armadas
LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil)
LCM - Linhas de Comunicação Marítimas
MB - Marinha do Brasil
MD - Ministério da Defesa (Brasil)
MEPL - Marinha do Exército Popular de Libertação (China)
MN - Milhas Náuticas
MRC - Marinha da República da China
NUM - Negação do Uso do Mar
ONU - Organização das Nações Unidas
OTH - *Over the Horizon*
PC - Plataforma Continental
PCC - Partido Comunista chinês
PIB - Produto Interno Bruto
PMN - Política Marítima Nacional
PND - Política Nacional de Defesa
PNRM - Política Nacional para os Recursos do Mar
PPT - Projeção de Poder sobre Terra
PROSUB - Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Brasil)

RC - República da China

RPC - República Popular da China

SisGAAz - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

SSK - Submarino de ataque com propulsão convencional

SSN - Submarino de ataque com propulsão nuclear

TBPN- Tarefas Básicas do Poder Naval

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VANT - Veículos Aéreos Não Tripulados

ZEE - Zona Econômica Exclusiva

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

A China¹ é um Estado com dimensões continentais (mais de 9.000.000 km²), localizado na porção sudeste asiática, ocupando a primeira posição entre os países mais populosos do planeta, atualmente com pouco mais de 1,4 bilhão de habitantes². Sua história milenar como civilização é tão antiga que não se pode precisar seu nascimento. Segundo Kissinger (2011) exemplifica, quando os caracteres chineses surgiram, durante a dinastia *Shang*³, no segundo milênio AC o antigo Egito encontrava-se no auge de sua glória, as grandes cidades-Estado da Grécia clássica ainda não haviam surgido e o Império Romano estava a pelo menos um milênio de seus primeiros passos.

Em um relativo curto prazo de cerca de quarenta anos, a partir da ascensão ao poder de Dèng Xiǎopíng, em 1978, a China passou por um profundo processo de metamorfose, transformando-se de uma nação continental, terrestre e isolada, política e economicamente, para outra, atuante no concerto internacional e extremamente participativa no comércio global entre os países.

De acordo com o ex-Comissário Político da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL), Yang Huaiqing,

Dèng Xiǎopíng inequivocamente apontou que os mares e oceanos não são um fosso e que a China precisa encarar o mundo e ir além dos mares e oceanos, a fim de tornar-se próspera e poderosa. Jiāng Zémín deu um passo além e apresentou uma nova perspectiva nos mares e oceanos, que combina capacidades nas águas territoriais, na economia marítima e na segurança marítima (HUIQUING, 2000, p.10, citado por ERICKSON *et al.*, 2009, p. xxviii, tradução nossa)⁴.

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), essa arrebatadora transformação socioeconômica tem reorientado a China em direção ao mar desde quando o líder Dèng Xiǎopíng anunciou suas reformas e projetos quatro décadas atrás.

¹ Neste trabalho usar-se-á o nome China para representar a República Popular da China (RPC) e o nome Taiwan para representar a República da China (RC), país insular localizado a leste do continente asiático.

² Disponível em: <http://www.worldometers.info/world-population/china-population>.

³ Existem, ao longo deste trabalho, referências a termos escritos originalmente em caracteres chineses que foram grafados no alfabeto latino. Existem dois métodos para essas grafias: os métodos Wade-Giles, predominante até a década de 1980, e o *pinyin*, oficialmente adotado pela RPC em 1979 e o mais empregado atualmente (KISSINGER, 2011). Sempre que disponível, este autor apresentará as grafias transliteradas em *pinyin*, a não ser que indisponíveis nas fontes de pesquisa.

⁴ Do original no idioma inglês: HUIQUING, Y. *A powerful ideological weapon for guiding the building of the People's Navy in the new period*. Seeking Truth. Shanghai: OSC, 2000.

Essas mudanças foram acompanhadas de um grande desenvolvimento da mentalidade marítima da China que, como era previsível, levou a profundas alterações nas concepções de emprego do Poder Naval⁵ chinês, expressas na evolução da sua Estratégia Naval, e que tem moldado tanto o emprego quanto a configuração de suas forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

O Brasil, com sua dimensão continental, grande população e economia e reconhecida dependência do comércio exterior marítimo, possui muitas semelhanças com a China. De acordo com o constante na atual versão do Livro Branco de Defesa Nacional⁶ (BRASIL, 2016b), as grandes reservas de petróleo (incluindo as recentemente descobertas na camada de pré-sal⁷), bem como os demais recursos naturais existentes na chamada Amazônia Azul⁸, passíveis de serem objeto da cobiça de outros Estados, são fundamentais para a sustentabilidade do crescimento da nação. Além disso, cerca de 95% de tudo o que é exportado e importado do País é transportado pelo mar, o que faz com que suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM)⁹ sejam elemento crucial para a sobrevivência do Brasil.

No contexto atual, o País procura expandir sua inserção internacional, e seu setor de defesa encontra-se aperfeiçoando os processos de planejamento estratégico e desenvolvendo uma metodologia baseada em capacidades, a fim de identificar necessidades e ajustar sua Estratégia Militar. Assim, é importante verificar se a Estratégia Naval brasileira (ENB), na forma como se encontra formulada nos respectivos documentos condicionantes, contribui eficaz e efetivamente para a percepção da sua importância e participação na consecução dos objetivos nacionais e, ainda, buscar inspiração nos exemplos internacionais, no caso do presente trabalho, na Estratégia Naval da China (ENC).

A relevância do presente trabalho se apresenta na otimização da utilização dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais disponíveis, bem como de outros eventuais instrumentos do Poder Militar, a serem empregados de forma conjunta com a Marinha do Brasil (MB), por meio de uma ENB aperfeiçoada e que permita entregar os melhores resultados possíveis, além de orientar as necessidades para a composição do Poder Naval brasileiro.

⁵ Os conceitos de Poder Nacional, Poder Militar, Poder Marítimo, Poder Naval e outros de interesse serão apresentados no referencial teórico.

⁶ As versões em vigor do Livro Branco de Defesa Nacional, da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, elaboradas em 2016, foram aprovadas por meio do Decreto Legislativo nº 179, de 14 dez. 2018. Neste trabalho, as referidas obras estão referenciadas pelo ano de elaboração.

⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

⁸ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

⁹ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

Nesse âmbito, a Tese tem a proposição de deduzir lições e consequências sugestões úteis para o aprimoramento da ENB, a partir de um processo de análise da evolução da ENC nos últimos quarenta anos até o presente e da ENB e seus documentos condicionantes. O referencial teórico abrange conceitos da Sociologia dos Conflitos, da Geopolítica, da Estratégia e da Estratégia Naval tendo, como parâmetros, os interesses estratégicos de Brasil e China, suas semelhanças e diferenças.

Dessa forma, para que se permita visualizar o desenvolvimento deste estudo o trabalho está estruturado em seis capítulos:

a) o capítulo 1, introdutório, relata o problema e o questionamento central, a justificativa e a relevância do estudo, sua delimitação, o objeto estudado e como está estruturado o raciocínio;

b) o capítulo 2 identifica os principais conceitos pertinentes da Sociologia dos Conflitos, da Geopolítica, da Estratégia e da Estratégia Naval. O aprofundamento e o detalhamento do referencial teórico, como um todo, encontram-se no APÊNDICE A;

c) o capítulo 3 identifica os aspectos relevantes da contextualização histórica chinesa, da inserção da China no seu entorno estratégico e de seus interesses nacionais, em especial aqueles ligados ao mar. Identifica, ainda, a organização do seu Poder Militar, com ênfase no Poder Naval, discutindo a evolução da ENC nos últimos quarenta anos e analisando-a a partir do referencial teórico;

d) o capítulo 4 identifica os aspectos relevantes da contextualização histórica brasileira, da inserção do Brasil no seu entorno estratégico e de seus interesses nacionais, em especial aqueles ligados ao mar, distinguindo os aspectos principais da ENB;

e) o capítulo 5 relaciona os aspectos relevantes de Brasil e China por meio de um paralelo entre os dois países, apontando semelhanças e diferenças e deduzindo as lições para a MB;

f) o capítulo 6 apresenta a conclusão do trabalho.

De forma complementar são apresentados outros apêndices úteis à compreensão da Tese, cujo conteúdo permeia todos os capítulos supracitados. São eles:

I) o APÊNDICE B, que apresenta uma contextualização histórica referente à China e ao Brasil, principalmente dos aspectos ligados ao relacionamento entre a formação e a história desses Estados e o mar;

II) o APÊNDICE C, que apresenta o detalhamento do entorno estratégico da China e do Brasil, os respectivos interesses nacionais, particularmente aqueles ligados ao mar e a abordagem sob o ponto de vista da “Teoria do Poder Marítimo” de Alfred Thayer Mahan;

III) o APÊNDICE D, que apresenta aspectos relevantes acerca da capacitação e do desenvolvimento tecnológico militar da China e do Brasil, além da respectiva relação destes com a ENC e a ENB;

IV) o APÊNDICE E, que apresenta as ilustrações referenciadas ao longo de todo o trabalho.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na busca e na investigação, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e na investigação da literatura selecionada nas áreas da Geopolítica e da Estratégia, privilegiando-se fontes primárias e procurando-se acessar autores tanto ocidentais como orientais a fim de evitar a obtenção de dados e informações sob a ótica de apenas um ponto de vista. Os documentos utilizados são aqueles de caráter governamental que definem, condicionam e orientam as políticas e estratégias de defesa do Brasil e da China. De posse das informações consideradas necessárias foram processados os dados por meio do método dedutivo e do estudo comparativo, obtendo-se as conclusões e recomendações.

O objeto de estudo desta Tese é a evolução da ENC. O espaço temporal delimitado são os últimos quarenta anos (1979-2019), período que se inicia após a ascensão de Dèng Xiǎopíng como Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC) e prossegue até a atualidade, caracterizado por um significativo e constante processo de evolução e adaptação da China e de seu Poder Naval. Eventualmente, por necessidade de contextualização histórica foram abordados eventos e acontecimentos ocorridos em momentos ou períodos fora dessa moldura temporal.

Os dados e informações obtidos ao longo da pesquisa são aqueles dos níveis de decisão político e estratégico, sendo nesses níveis tratados e analisados. Eventualmente, por necessidade do raciocínio, foram utilizadas na discussão do problema informações e questões afetas ao nível operacional, não sendo estas, porém, escopo do trabalho. Assim, não se pretende descer ao nível do posicionamento e da composição de forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais, permanecendo pertinente, porém, a discussão sobre capacidades e recursos necessários à execução de determinadas políticas e estratégias.

Este trabalho se restringe, tanto na pesquisa e coleta de informações quanto na análise dos dados obtidos, àqueles afetos ao tema da defesa da pátria, não abordando eventuais aspectos atinentes às demais tarefas das FFAA relacionadas às atividades subsidiárias previstas no ordenamento jurídico nacional.

No próximo capítulo são apresentados os principais conceitos oriundos do referencial teórico. O referido arcabouço abrange conceitos básicos da Sociologia dos Conflitos, da Geopolítica, decorrentes da influência dos fatores geográficos na política entre os Estados, e da Estratégia, como orientadora das diretrizes e ações a serem executadas para que se alcance determinados objetivos e, de forma particular, das estratégias Marítima e Naval, como instâncias finais da discussão.

2 PRINCIPAIS CONCEITOS

Os conflitos são tão antigos quanto a própria história. Segundo Freund (1995), representam uma modalidade de relação social intrínseca à humanidade, com formas entre as quais se inclui o uso da violência. Estudos apontam que o elemento principal na geração dos conflitos é a disputa pelo poder. Este somente tem significado quando traduz a capacidade de se impor a vontade própria ou de resistir às pressões de outrem. Ao se aprofundarem na história, porém, os estudiosos concluíram que também são produzidos conflitos relacionados a sentimentos complexos como a honra, o medo e o interesse. Contudo, independentemente do ponto de vista sociológico da abordagem, eles estarão sempre presentes no estamento social (KAGAN, 1996).

Nesse contexto, Mattos (2002) aponta que as sociedades têm estado intrinsecamente ligadas ao ambiente em que vivem, sendo fortemente impactadas por fatores como o clima, o espaço, o relevo, recursos naturais e outros aspectos geográficos, que influenciam a forma como aqueles grupos aplicam seu poder. Cabe aos governantes adequarem a política àqueles fatores, para moldarem o melhor destino para a sociedade, bem como utilizá-los da melhor maneira quando forem relevantes para a solução de um conflito.

Segundo Coutau-Bégarie (2006), da necessidade de os líderes expressarem a arte do Comando nas batalhas nasceu o conceito de Estratégia. Com o tempo, sua natureza essencialmente militar espalhou-se para outras áreas do conhecimento, associando-se à ideia de que serve para orientar como o poder será empregado para alcançar objetivos determinados.

O poder de um Estado, no seu mais alto nível, é conhecido como Poder¹⁰ Nacional, composto pelos meios de que dispõe para assegurar, na ordem internacional, seus objetivos. Manifesta-se por meio de expressões segundo os efeitos que produzem nas esferas política, econômica, psicossocial, científico-tecnológica e militar. Outras subdivisões podem coexistir, como o Poder Marítimo, o Poder Naval, o Poder Aéreo etc., sendo que o Poder Nacional aumenta com o crescimento de qualquer uma de suas parcelas, dentro de limites que permitam o equilíbrio (CAMINHA, 1982; VIDIGAL, 1980).

¹⁰ A partir desse ponto do trabalho usaremos “poder”, grafado com inicial minúscula, quando estivermos nos referindo ao significado genérico, enquanto “Poder”, grafado com inicial maiúscula, estará se referindo às expressões específicas, de interesse do estudo da Estratégia.

De particular interesse são os conceitos do Poder Marítimo e do Poder Naval. O primeiro, de forma ampla, significa a capacidade de se usar o mar abrangendo todos os usos, destacando-se o econômico, por meio do comércio e da exploração de recursos naturais, e o militar, materializado na proteção de elementos econômicos da ameaça de oponentes. O Poder Naval e os interesses marítimos seriam partes do Poder Marítimo, representados pelos bens e atributos do mar dignos de serem aproveitados e protegidos. Já o Poder Naval é uma das expressões do Poder Militar de um Estado, também integrante do Poder Marítimo, sendo composto por elementos dinâmicos (as Forças Navais) e estáticos (bases e estruturas de apoio, pesquisa etc.) (CÁCERES, 2016; CAMINHA, 1982).

Segundo Holmes e Yoshihara (2008), a aplicação de todas as expressões do Poder Nacional de um Estado coordenadamente, em proveito dos objetivos nacionais, é caracterizada pela “grande estratégia”, elaborada pelos governantes no mais alto nível e que dá sentido a uma política. Nos níveis inferiores apresentam-se as “pequenas estratégias”, atreladas às expressões específicas, sendo exemplos a Estratégia Militar e a Estratégia Naval.

Provocados pelo significado do mar para as civilizações vários foram os estudiosos da Estratégia que a estudaram nas suas vertentes marítima e naval. As estratégias Marítima e Naval se relacionam na mesma proporção que as dimensões econômica e militar a respeito do domínio, do controle e do uso do mar pelos Estados, sendo essa a sua principal essência, ressaltando-se que ambas se desenrolam e coexistem em tempo de paz e de guerra.

Segundo Coutau-Bégarie (2006) nenhum autor naval teve influência equiparável a do Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e sua “Teoria do Poder Marítimo”. Ele teve o mérito de transitar suas ideias entre a geopolítica, a “grande estratégia” e a “pequena estratégia”.

Pregava o determinismo de fatores específicos que orientariam a “vocação” de um Estado de prosperar por meio do uso do mar, no que ele chamava de “ciclo virtuoso” do Poder Marítimo, baseado na tríade do comércio, da vontade política e do Poder Militar. Clamava pela importância de as esquadras defenderem as LCM onde fossem necessárias, apoiadas por bases ultramarinas conhecidas como posições estratégicas¹¹. Defendia que bases posicionadas próximas ao centro de um triângulo imaginário, cujos lados ligam pontos focais¹² das LCM de interesse, permitiriam às esquadras controlá-las e protegê-las. Esse pensamento ficou conhecido como a “Teoria dos Triângulos” de Mahan, importante na Estratégia Marítima de vários Estados colonizadores e que explica como ele vislumbrava a importância das ilhas centrais do Mar do Caribe (FIG. 1) como decisivas para os Estados Unidos da América (EUA) (BRASIL, 2006; CAMINHA, 1982).

¹¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

¹² Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

No campo da “pequena estratégia” do Poder Naval, Mahan acreditava que o objetivo de uma marinha era o de conquistar o “Comando do Mar”, condição que lhe outorgaria a liberdade de uso dos oceanos em detrimento dos adversários. Uma Força Naval, a “Esquadra de Combate”, teria por objetivo encontrar e destruir sua homóloga adversária numa “Batalha Decisiva”.

Tais conceitos evoluíram e se tornaram mais complexos num mundo que, segundo Till (2009), globalizado e tecnológico, introduziu outros fatores e ameaças além daquelas apontadas por Mahan. Ganharam importância os aspectos econômicos em detrimento dos geográficos, em que pese estes continuarem relevantes. Quanto às ameaças, além das tradicionais, as estatais e suas expressões, surgiu uma miríade de outros atores, não estatais, como criminosos, terroristas, traficantes etc., obrigando o Poder Naval a assumir outras tarefas além daquelas que lhe eram tradicionais.

O aprofundamento e o detalhamento do referencial teórico, como um todo, encontram-se no APÊNDICE A. O próximo capítulo apresentará uma breve contextualização histórica da China, principalmente no que diz respeito à construção da sua relação com o mar, do seu entorno estratégico e interesses associados, e discutirá a evolução da ENC nos últimos quarenta anos.

3 A CHINA E A EVOLUÇÃO DA SUA ESTRATÉGIA NAVAL

3.1 “Civilização” Chinesa

Como caracterizou o cientista político Lucian Pye, “a China é uma civilização que finge ser uma nação” (PYE, 1972, p. 12, citado por KISSINGER, 2011)¹³. Essa assertiva traduz a longevidade e as conseqüentes riqueza e complexidade da história chinesa, que alternou períodos de maior ou menor isolacionismo manifestados pelo uso que os chineses fizeram do mar como via de comércio, conquista e comunicações. O APÊNDICE B apresenta o aprofundamento da sua contextualização histórica, principalmente nos aspectos ligados ao relacionamento entre a formação do Estado e o mar, da qual seguem-se os aspectos e constatações mais relevantes.

Segundo Lo (2012) e Marshall (2018), a civilização chinesa nasceu na grande planície do norte da China há quase cinco mil anos. Posteriormente, chuvas e inundações permeadas por invasões bárbaras e conflitos civis provocaram dificuldades econômicas e deslocamentos sociais, mudando os centros de gravidade econômicos, políticos e demográficos do interior da planície central para as regiões costeiras do leste e do sudeste (FIG. 2).

A China, graças a uma longa história de desenvolvimento, organizou uma sociedade estruturada, centralizada e hierarquizada mesmo nos seus primórdios, antes da unificação na era imperial. Por conta de fatores como a distante localização geográfica em relação ao restante das civilizações e o diferenciado e avançado sistema social, cultural e governamental, não teve interesse em aproximar-se de outros povos, a não ser para manter trocas comerciais. Mesmo nas ocasiões em que sofreu invasões “bárbaras” absorveu seus algozes pacientemente, subvertendo-os culturalmente e acabando por torná-los “chineses”. Tudo isso contribuiu para um isolacionismo que somente foi posto à prova, gradativamente, a partir do estabelecimento das rotas comerciais marítimas que passaram a conectá-los com o continente europeu, principalmente do século XVI em diante.

¹³ Do original no idioma inglês: PYE, L. *China: an introduction*. Boston: Little & Brown, 1972.

Como contam Erickson *et al.* (2009) e Kissinger (2011), o isolacionismo chinês foi posto em xeque na primeira metade do século XIX, no ápice do expansionismo neocolonialista europeu. Entre os anos de 1839 e 1864 o sistema de comércio exterior chinês enfrentou a crescente concorrência dos navios estrangeiros de alto-mar. Enfrentou, ainda, uma desastrosa campanha naval contra a Inglaterra e a França na segunda Guerra do Ópio.

O período compreendido entre meados do século XIX e a Revolução Comunista em 1949 ficou conhecido na China contemporânea como o “Século da Humilhação”. Nesse tempo, o país perdeu todas as guerras e teve que ceder importantes concessões às grandes potências nos tratados posteriores. O “Século da Humilhação” teve forte impacto sobre o imaginário da orgulhosa sociedade chinesa. Tal efeito coletivo trouxe implicações posteriores, funcionando como um dos elementos incentivadores da estratégia de fortalecimento do poder chinês que acompanhamos atualmente. Ressalta-se, ainda, o fato de que boa parte das derrotas sofridas pelos chineses naquele período foi imposta por ameaças provenientes do mar, detentoras de um Poder Naval superior ao da China de então (CHINOPEDIA, 2011; KILPATRICK, 2011).

Em 1912, após mais de dois séculos de turbulências internas, a derradeira dinastia imperial, a *Qīng*, foi deposta e substituída por um governo republicano. O período foi palco de convulsões políticas e sociais marcadas pelas tentativas de independência de grandes áreas da China. A partir do início da década de 1920 o país foi tomado pelo antagonismo entre os componentes do recém-fundado PCC, liderados por Máo Zédōng e do Partido Nacionalista (*Guómíndǎng*), liderados por Chiang Kai-shek (KISSINGER, 2011; SILVA *et al.*, 2009).

Segundo Kissinger (2011), em 1949, depois de décadas de luta armada, os comunistas tomaram o poder. As tropas nacionalistas se refugiaram na Ilha de Taiwan, levando consigo o que havia sobrado dos seus recursos militares e estrutura política, declarando a cidade de Taipei como a capital da República da China (RC), prometendo um dia retornarem. No continente o país se unificava novamente, agora como a República Popular da China (RPC) sob o governo comunista.

Ao ser proclamada em 1949 a RPC tinha diante de si um enorme desafio, que era o de erguer-se dos “Século da Humilhação”. À época a China era um Estado subdesenvolvido, sem capacidade militar e tecnologicamente atrasado em relação às grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Os EUA eram a grande potência nuclear e, desde o final da guerra, se envolviam nos assuntos asiáticos. Num primeiro momento a China estabeleceu uma parceria estratégica com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de quem já era naturalmente aliada ideológica, apesar das disputas territoriais existentes na fronteira norte-noroeste, a fim de contrabalançar a oposição dos EUA ao seu regime. Todavia, o que se viu posteriormente foi uma diplomacia triangular,

envolvendo a China, a URSS e os EUA, os quais em determinados momentos se aliavam e, em outros, atuavam uns contra os outros.

Com relação a Taiwan, segundo Kissinger (2011) e Marshall (2018), desde a ruptura de 1949 os chineses a consideram sua 23ª província, tema que julgam de caráter incontestável. Os EUA, ao apoiarem por décadas a “China nacionalista” de Taiwan, foram vistos por Pequim como a última das potências estrangeiras conspiradoras, interessadas em dividir a unidade nacional. Nesse contexto por duas vezes a China e os EUA estiveram à beira de um conflito armado decorrente da perene meta chinesa de reincorporar Taiwan.

A China chegou ao momento da Revolução Comunista pelas mãos de Mão Zédōng após um século marcado, no imaginário chinês, como um período de humilhações incompatível com a grandeza e a centralidade daquela sociedade. Para os comunistas essa “afrenta” teria sido decorrente da ação opressora de potências estrangeiras estranhas ao entorno asiático e, ao mesmo tempo, fruto da filosofia pacífica e pouco reativa pregada pelo confucionismo¹⁴.

Nesse contexto a postura rebelde de Taiwan era considerada inaceitável, por simbolizar o enfraquecimento e a fragmentação de um Estado unificado, personificado pela imagem de um poderoso “Império do Meio”. Ao mesmo tempo, a presença exógena dos EUA na região e o seu suporte à causa dos nacionalistas de Taiwan representavam a intromissão opressora de atores estrangeiros, o que para os chineses os remetiam às memórias do “Século da Humilhação”. Tais elementos continuaram influenciando de forma preponderante a Estratégia Militar da China.

Entre 1949 e 1976 (ano de sua morte) Mão Zédōng implementou significativas mudanças, as quais constituíram as bases para a posterior modernização da China. No âmbito do seu importante legado destacam-se a quebra do imobilismo característico do confucionismo, a construção da indústria de base e o crescimento da área de campos irrigados, aumentando a produção de insumos agrícolas. Esses fatores foram pré-requisitos para o sucesso das reformas econômicas que alavancaram o desenvolvimento do país a partir da década de 1980 (DIEGUES; MILARÉ, 2012).

Um ano antes da morte de Mão Zédōng ressurgiu no cenário político chinês a figura de Dèng Xiǎopíng¹⁵. Com um discurso marcadamente pragmático, pregava a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico do país, bem como de se implementar um amplo programa de reforma e abertura política e econômica como formas de proporcionar ao povo chinês um futuro melhor (SILVA *et al.*, 2009).

¹⁴ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

¹⁵ Dèng Xiǎopíng (1904-1997) havia sido, até então, Secretário-Geral do Comitê Central do PCC. Em 1966, acusado de posturas políticas inadequadas, foi destituído e exilado para uma base militar chinesa, onde viveu com a família por sete anos. Em 1973 foi trazido de volta ao PCC por intervenção pessoal de Mão Zédōng (KISSINGER, 2011).

Segundo Kissinger (2011), Dèng Xiǎopíng introduziu o que chamou de “socialismo com características chinesas”, marcado por profundas mudanças principalmente nas relações entre o Estado e a propriedade privada, seja ela na forma de bens ou de capital financeiro. Com isso atraiu empresas estrangeiras que passaram a produzir no país, com a condição de fazê-lo em parceria com as empresas chinesas. Implantou, ainda, o “plano das quatro modernizações”, responsável por acurado planejamento e execução para desenvolver a indústria, a agricultura, a ciência e a tecnologia, além das forças armadas.

Chegando finalmente aos tempos atuais, Holmes e Yoshihara (2018) contam que o atual Presidente da China, Xí Jìnpíng, tem proclamado desde sua ascensão ao cargo em 2012 que o lema e o motor da administração neste início de século são o mote “sonho chinês”¹⁶, que significa a renovação da nação chinesa na história moderna.

O Presidente Xí Jìnpíng declarou, em seu discurso no 19º Congresso do PCC:

[...] até a metade deste século a China será uma moderna nação socialista, líder global nas suas expressões do Poder Nacional e influência internacional [...] [...] perseguindo uma diplomacia poderosa com características chinesas, sem sacrificar os interesses de outros países como preço para o seu desenvolvimento, mas nunca abandonando seus próprios legítimos direitos e interesses, sendo necessário, para isso, desenvolver um poderoso Poder Militar que até 2035 deverá tornar-se uma força moderna e, até o meio do século, uma força de projeção global (2017, citado por HOLMES; YOSHIHARA, 2018, p.4, tradução nossa)¹⁷.

Assim, depreende-se que o “sonho chinês” na sua essência significa a ascensão orquestrada da China de volta ao seu lugar de direito – a Ásia e além – mantendo o poder do PCC, expurgando da memória de sua população a lembrança do século da humilhação, gerando grande bem-estar e poder, endossando a nova diplomacia nacional e ajudando o país a assumir sua posição de liderança nos assuntos militares globais.

¹⁶ Do original no idioma inglês: *China Dream*.

¹⁷ Do original no idioma inglês: disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.

3.2 A “Grande Estratégia” Chinesa e o Poder Marítimo

A estratégia chinesa geralmente exhibe três características: análise metódica de tendências de longo prazo, estudo cuidadoso de opções táticas e exploração imparcial de decisões operacionais (KISSINGER, 2011, p. 138).

Os séculos de uma sociedade com economia, política e diplomacia voltadas para si própria estimularam o desenvolvimento de uma forte cultura de continentalidade, em detrimento da maritimidade, num contexto de variado e sempre presente isolacionismo. Como expõem Erickson *et al.* (2009), foi intenso o debate entre as correntes do pensamento “terrestre” e aqueles que defendiam a exploração da vocação marítima da China. Apesar do rápido e expressivo aumento dos teóricos partidários do desenvolvimento do Poder Marítimo chinês, ainda há uma significativa e bem estabelecida massa de “continentalistas”, os quais argumentam que a situação geopolítica da China permanece inalterada como uma “nação terrestre”. Segundo o pesquisador da Universidade de Pequim Ye Zicheng (2007, p. 23, citado por ERICKSON *et al.*, 2009, p.xxv, tradução nossa)¹⁸, “a história e a tradição cultural da China e a sua condição natural determinaram que o país fosse uma potência terrestre por longo tempo no passado e, no futuro, permanecerá com essa orientação estratégica básica”. Já os defensores do equilíbrio entre os poderes Marítimo e Terrestre sugerem uma estratégia “conciliadora”, com o desenvolvimento paralelo de ambos. Um dos mais influentes nessa linha foi outro professor da Universidade de Pequim, Li Yihu, para quem “a identidade dual, terrestre e marítima, dá a China a independência e a flexibilidade geopolítica. Devemos partir para uma estratégia de igual importância de ambas as mentalidades [...]” (YIHU, 2007, p. 1, citado por ERICKSON *et al.*, 2009, p. xxvi, tradução nossa)¹⁹.

¹⁸ Do original no idioma inglês: ZICHENG, Y. *China's peaceful development: the return and development of land power*. Beijing: World Economics, 2007.

¹⁹ Do original no idioma inglês: YIHU, L. *Sea and land power: from dichotomy to overall planning*. Beijing: Contemporary International Relations, 2007.

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), importantes pré-condições permitiram à China reorientar sua estratégia de desenvolvimento econômico para longe do continentalismo da era maoísta e em direção ao sistema de comércio marítimo. A ausência de conflitos entre grandes poderes desde o final da Segunda Guerra Mundial e a expectativa de um longo período de estabilidade foram ingredientes essenciais para a “grande estratégia” de Dèng Xiǎopíng, de paz e desenvolvimento. Desde a reforma e a abertura, a China abraçou as orientações econômicas liberais globais, incluindo as normas e regras que promovem a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e conhecimento. Em troca os mercados ocidentais abriram suas fronteiras de relacionamento, comprando seus produtos e permitindo seu acesso aos investimento estrangeiros, capital, tecnologia e *know-how*.

A China também se beneficiou de uma anomalia histórica, pelo menos em relação ao seu passado: a paz com os “povos do norte”. Da antiguidade até o final da Guerra Fria os líderes chineses lidaram com as ameaças vindas do “coração” da Eurásia, desde os cavaleiros das estepes da Ásia central, no passado, até as divisões blindadas e a ameaça nuclear da ex-URSS. A calma continental permitiu aos líderes e estrategistas chineses dedicarem suas energias e pensamentos ao desenvolvimento da economia marítima aproveitando a geografia litorânea chinesa, por séculos uma ameaça, agora como uma oportunidade que está sendo muito bem explorada (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Em obra anterior, Holmes e Yoshihara (2008) expõem que a geopolítica e a economia são os motores da guinada da China para os oceanos. As ameaças que hoje confrontam Pequim são de natureza marítima; as ameaças à China sobre seu território continental, que por séculos preocuparam os estrategistas, são insignificantes atualmente, liberando recursos que outrora eram fundamentais para a defesa das fronteiras terrestres. Isso se deu pelo colapso da ameaça da URSS sobre o coração do território chinês na Ásia central, que poderia levar o país a um confronto inclusive de natureza nuclear. A diplomacia chinesa conseguiu estabilizar suas disputas fronteiriças com a Rússia, as repúblicas da Ásia central, Vietnã, Coreia do Norte, Mongólia e, mais recentemente, com a Índia. Como consequência, a China pôde perseguir seu Poder Marítimo e Naval, com pouco receio de ter seus interesses em terra ameaçados. Desde o final da década de 1970 os líderes chineses concluíram que as possibilidades de conflito que envolverão a China acontecerão no seu entorno marítimo. A disputa pelos recursos marinhos com sua vizinhança asiática, a questão de Taiwan, ainda não resolvida e cada vez mais urgente em função dos crescentes movimentos separatistas naquela ilha, e as constantes disputas nos mares territoriais do sul e do leste asiático direcionam Pequim para o mar.

A transformação socioeconômica tem reorientado a China em direção ao mar, desde o início das reformas por Dèng Xiǎopíng quatro décadas

atrás. O comércio marítimo e outras atividades relacionadas ao mar, incluindo a exploração da pesca e a extração de recursos naturais, tornaram-se elementos do desenvolvimento nacional da China. Em agosto de 1979 Dèng declarou que a estratégia de desenvolvimento do país tornara-se inseparável da orientação marítima, como parte do Estado chinês e sua sociedade. Ele concebeu o Poder Marítimo em termos amplos, incorporando outras expressões do Poder Nacional, como a política, a economia, a militar e a tecnológica (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Segundo Holmes e Yoshihara (2008), os resultados do direcionamento marítimo da China têm sido representados pelo crescimento econômico das últimas quatro décadas. Entre 1980 e 2000 o Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu a uma média de 9,7%. Entre 2003 e 2005 sustentou um crescimento medido de dois dígitos. E com o declínio da ideologia comunista, proporcionar o bem-estar econômico à população tem sido a meta dos governantes, que veem ali a sobrevivência do atual regime.

A explosão de crescimento econômico e a determinação governamental de mantê-la nesses termos gerou visíveis efeitos relacionados ao Poder Marítimo: o comércio marítimo costeiro deu um salto quantitativo. O volume de carga em contêineres manuseada nos portos chineses é um exemplo do nível da atividade marítima chinesa. Baixo custo, excelente infraestrutura de transporte e o volume absoluto de exportações e importações habilitaram a China a superar tradicionais países portuários, como Coreia do Sul, Japão, *Hong Kong* e Cingapura. Como exemplo, desde 2010 o porto de Shangai é o maior do mundo em movimentação de carga e contêineres (FIG. 3). (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

A indústria de construção naval chinesa e sua frota de navios-tanque, que transporta recursos energéticos (petróleo, gás etc.), são as maiores do mundo. Entre os cinco maiores estaleiros do *ranking* mundial o primeiro e o quarto são chineses, sendo o segundo japonês e o terceiro sul-coreano. Esse importante setor da economia chinesa iniciou um robusto período de desenvolvimento e expansão a partir da ascensão ao poder de Dèng Xiǎopíng. De uma construção de cerca de 220.000 toneladas brutas de navios e embarcações em 1980 o país atingiu a marca de 13 milhões em 2006 e deve exceder 25 milhões em 2020, sendo responsável por 35% das entregas e encomendas de navios no mercado atual²⁰. Por muitos anos a indústria dedicou-se ao lançamento de navios de baixa complexidade tecnológica. Comercialmente, a maioria dos navios era de graneleiros de carga seca, pequenos navios-tanque e de carga geral. No setor militar havia algumas classes de destróieres, fragatas e submarinos de propulsão convencional, obsoletos se comparados aos padrões ocidentais então vigentes. Esse cenário evoluiu e hoje a China produz navios de elevada complexidade e tecnologia, como grandes navios porta-contêineres e VLCC²¹. No setor militar já produz fragatas com sistemas antiaéreos sofisticados, navios com características furtivas, submarinos com propulsão nuclear e navios-aeródromo (ERICKSON *et al.*, 2009; HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Segundo Erickson *et al.* (2009) e Holmes e Yoshihara (2008), a segurança energética é estratégica para a China. Em 2005 o então ministro dos transportes declarou como meta, que pelo menos 50% dos navios-tanque que atendem ao país fossem de construção nativa, motivando o enorme crescimento dessa indústria. A segurança dos recursos energéticos transitando pelas LCM tornou-se prioridade máxima da política exterior do país. O consumo de energia mais que dobrou em duas décadas, tornando a China dependente da sua importação. De acordo com dados de 2018 da Administração de Informações sobre Energia dos EUA²², a China é a maior consumidora mundial de energia, sendo a segunda maior em se tratando de petróleo, com cerca de treze milhões de barris/dia, todavia ocupando a quinta posição em produção, com cerca de cinco milhões de barris/dia. Projeções de longo prazo sugerem que essa direção deve persistir, equiparando a China aos EUA, em demanda de petróleo, por volta de 2025, sendo que em 2017 ela os ultrapassou como maior importadora mundial. Tal cenário se repete quando se trata do gás natural, com a China ocupando a terceira posição global em consumo e em importação do produto. Esse “apetite insaciável” por recursos energéticos trouxe pressão no sentido

²⁰ Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ind/shipbuilding-market-developments-Q2-2018.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

²¹ Do acrônimo no idioma inglês para *Very Large Crude Carrier*.

²² Do original no idioma inglês: *US Energy Information Administration*. Disponível em: <https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>. Acesso em: 12 jun. 2019.

de garantir o fluxo ininterrupto de energia. A China tem buscado de forma crescente esses produtos, mesmo em fornecedores distantes como no Golfo Pérsico e no “chifre”²³ da África, fomentando rivalidades entre as potências, em torno desses insumos.

O mercado de minério de ferro é outro exemplo da dependência econômica chinesa do comércio marítimo. Maior importador global desse minério, a China responde por 67% das importações do produto, seguida, de longe, pelo Japão, com 8,5%. O maior fornecedor desse minério para a China é a Austrália, seguida pelo Brasil, dependendo de longas LCM para o seu suprimento²⁴.

O paradoxo das oportunidades e vulnerabilidades da dependência econômica chinesa em relação ao mar é compartilhado pelo Professor Doutor Nan Li²⁵ ao apontar que o comércio exterior cresceu rapidamente, ao ponto de 95% dos produtos comercializados serem transportados pelo mar por uma das maiores frotas mercantes do mundo e importantes LCM, que a conectam aos principais portos. O país tornou-se dependente do petróleo importado para sua economia e vem adquirindo propriedades e instalações petrolíferas no exterior, tendo o produto sido enviado para a China através de grandes LCM e dos “pontos de estrangulamento” associados. A Plataforma Continental (PC), Zona Econômica Exclusiva (ZEE)²⁶ e ilhas, muitas das quais a China possui demandas de soberania, provavelmente constituem-se em depósitos de petróleo e gás natural. Além disso, os principais tipos de minerais para o desenvolvimento econômico e tecnológico precisam ser importados, mas podem ser encontrados nos oceanos. O valor da economia marítima da China tem crescido rapidamente ao longo dos anos, sendo que 40% dos chineses vivem no litoral e produzem 60% do PIB anual do país. O investimento chinês no exterior tem crescido, assim como o número de estudantes chineses, visitantes e imigrantes espalhados mundo afora (LI, 2011).

²³ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

²⁴ Disponível em: https://commodity.com/china/#Chinas_Top_5_Exports. Acesso em: 12 jun. 2019.

²⁵ O Professor Doutor Nan Li é docente e pesquisador do Naval War College da Marinha dos EUA, desde o ano de 2007. É autor de várias obras sobre Estratégia Naval acerca da China e demais países asiáticos.

²⁶ Áreas (contadas a partir da linha de base litorânea) sobre as quais os Estados exercem jurisdição, com seus respectivos graus de soberania. São elas: o Mar Territorial (MT), até as 12 MN; a Zona Contígua (ZC), até as 24 MN; a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), até as 200 MN; e a Plataforma Continental (PC), limitada em 350 MN. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dim/?q=pt-br/node/126>. Acesso em: 22 ago. 2019.

O professor e pesquisador Hu Bo, da Universidade de Pequim, sintetiza a importância, a dependência e a consequente e paradoxal fragilidade estratégica decorrentes do comércio marítimo chinês:

O comércio exterior continua a ser a grande força por trás do desenvolvimento econômico da China. Este tipo de economia é, sem dúvida, bastante frágil e poderia facilmente ser vítima da influência de fatores externos. A interrupção das Linhas de Comunicação Marítimas afetaria imediatamente o desenvolvimento econômico doméstico. Assim, a segurança econômica já ultrapassou em muito as fronteiras da soberania nacional (BO, 2015, p.13, citado por HOLMES; YOSHIHARA, 2018, p.233, tradução nossa)²⁷.

Historicamente, países como a Rússia, o Japão e a Alemanha primeiro desenvolveram seu Poder Naval e depois promoveram o crescimento das suas marinhas mercantes. Esse relacionamento se dava primeiro com um “empurrão” dado pelo Estado, ao invés de um “puxão” da atividade comercial. A China tem trilhado um caminho diferente, marcado pela ênfase no desenvolvimento comercial, que urge por uma marinha mercante forte e que, então, “arrasta” o desenvolvimento do seu Poder Naval. Esse desenvolvimento tem sido orientado pelo desejo de uma posição de destaque na comunidade internacional e a percepção da necessidade de defender seus interesses econômicos, além de uma clara motivação em manter a pujança do comércio marítimo, o qual deve atingir a expressiva marca de um trilhão de dólares em 2020, boa parte transportado por navios construídos na China, de propriedade chinesa e operados por marítimos chineses. Nesse aspecto o desenvolvimento dos poderes Marítimo e Naval chineses se aproxima muito mais do caminho trilhado pelos EUA à época de Mahan do que dos outros países citados neste parágrafo (ERICKSON *et al.*, 2009).

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), o atual Presidente Xi Jinping vê o Poder Marítimo como parte essencial do bem-estar econômico do país e fundamental para seu sucesso em longo prazo. Prega que a China deve exercer suas prerrogativas marítimas, mas sem despertar e alimentar tensões em relação à balança de poder do seu entorno estratégico. Ele entende que o desenvolvimento econômico, a defesa e a integridade territorial, a segurança marítima e o Poder Marítimo são intrinsecamente conectados uns aos outros. Explicando o que já foi visto como a “lógica” do Poder Marítimo, Xi considera que sem meios adequados para proteger o território chinês é impossível garantir a segurança das vastas fronteiras e áreas marítimas; sem a segurança ao longo da sua periferia o desenvolvimento econômico nessas áreas é impossível; sem o desenvolvimento e a prosperidade que decorrem disso tudo o Poder Marítimo torna-se insustentável.

²⁷ Do original no idioma inglês: BO, H. *Chinese maritime power: the rise of the sea power of the road*. Shanghai: China Development Press, 2015.

Após um processo de integração à ordem econômica mundial, realizada por meio do comércio marítimo, o Estado chinês e sua sociedade têm dependido dos livres acesso e uso do mar para seu bem-estar e mesmo sua sobrevivência. Essa confiança tem compelido Pequim a desenvolver ferramentas econômicas e militares para nutrir e proteger as fontes de poder provenientes do mar. A maioria das ameaças aos interesses nacionais passou a ser vista como sendo essencialmente marítima. De disputas territoriais nos mares do Sul e do Leste da China até a segurança das LCM contra o sistema de alianças liderado pelos EUA o país confronta-se com uma matriz de desafios provenientes do oceano à sua volta e mesmo distantes de si (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Como visto a China, ao longo da sua história e com alguns períodos de exceção, vinha sendo primariamente um poder continental terrestre, dominando Estados vizinhos menores ao longo de suas fronteiras secas. Mas a guinada do país para o mar, de alguns anos para cá, é uma realidade evidenciada no consistente crescimento da sua construção naval, na sua vasta e expressiva marinha mercante, no alcance marítimo das suas empresas de exploração de energia e minerais e no contínuo crescimento e aperfeiçoamento do seu Poder Naval.

A geopolítica e a economia levaram a China a transformar-se em uma nação marítima e a desenvolver seu Poder Marítimo, aproveitando o ciclo virtuoso do uso do mar. Esta transformação foi necessária porque a China chegou ao ponto em que a estabilidade e a integridade da nação dependiam de um contínuo desenvolvimento econômico sustentado por um crescente e seguro comércio marítimo, tamanhas as demandas de energia, matérias-primas e alimentos, fazendo com que os fluxos comerciais dependessem decisivamente do tráfego marítimo, na cabotagem ou no longo curso.

O Vice-Almirante Wolfgang Wegener²⁸ escreveu que o Poder Marítimo deriva das “posições estratégicas”, como fator geográfico, e da “vontade estratégica” da sociedade, determinando o Poder Naval como fator tático. Essa “vontade estratégica” estaria acima dos outros fatores, traduzindo como os líderes chineses deram vida ao Poder Marítimo, aproveitando-a de maneira planejada e meticulosa, posicionando o país de forma favorável a aventurar-se num projeto marítimo de longo prazo (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Assim, a opção pelo Poder Marítimo é uma escolha política de longo prazo de uma sociedade. A China decidiu, décadas atrás, voltar-se para o mar. Infraestrutura, doutrina e estratégia estão agora se alinhando com as aspirações do seu povo, ajudando a China e sua população a evoluir no seu sonho de grandeza e renovação nacional.

²⁸ O Almirante Wolfgang Wegener (1875-1956) foi um Oficial da Marinha Imperial Alemã, estudioso da Estratégia Marítima e Naval, tendo produzido várias obras entre 1915 e 1929 que ficaram conhecidas como a “Tese de Wegener”, onde criticava a estratégia naval alemã na Primeira Guerra Mundial e sugeria uma outra, alternativa, baseada na ameaça às LCM britânicas.

3.3 O Entorno Estratégico e os Interesses Marítimos

Para Holmes e Yoshihara (2018) a geografia é capaz de influenciar o destino de um país. Como teorizado por Mahan, o Poder Marítimo é condicionado por fatores naturais imutáveis, que orientam as opções estratégicas de um Estado. A China é dotada de uma ótima condição geográfica em relação ao mar, cuja visão exerce decisiva influência na sua Estratégia Marítima, mas que, ao mesmo tempo, a sobrecarrega. A economia chinesa definitivamente se apoia no mar enquanto a população, as indústrias e grande parte das suas estruturas críticas povoam as terras litorâneas do país.

O APÊNDICE C apresenta o detalhamento da inserção da China no seu entorno estratégico e os respectivos interesses nacionais associados ao mar, acerca dos quais seguem abaixo as principais constatações. O referido apêndice explora, ainda, o Poder Marítimo chinês e suas projeções de poder sobre o entorno estratégico, sob o “olhar” da “Teoria do Poder Marítimo” de Mahan.

Para os olhos chineses, a cadeia de ilhas na costa - a Primeira Cadeia de Ilhas - se assemelha a uma “Grande Muralha” ao contrário, onde os EUA e seus aliados ocupam as “torres senti-nelas”. A cadeia de ilhas restringe a liberdade da China no seu movimento em direção ao mar. Essa preocupação geográfica orienta o discurso chinês sobre o Poder Marítimo e sobre o “sonho chinês”, moldando a forma como seus líderes percebem as ameaças e pensam estratégica e operacionalmente os requisitos para a defesa marítima (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Na visão da China os estreitos ao longo da Primeira Cadeia de Ilhas (FIG. 5 e 6) estão sob o controle de terceiros. Primeiramente o comércio marítimo é susceptível ao bloqueio nos pontos focais. O acesso comercial, que constitui o propósito do Poder Marítimo e o motor da Estratégia Marítima chinesa, está em risco bem perto de casa. Em segundo lugar, a cadeia de ilhas demarca as reivindicações territoriais e de recursos naturais da China. A PC e as águas acima dela contêm recursos naturais que os chineses e outros países desejam. Por sua vez, disputas territoriais marítimas com os vizinhos são uma realidade dentro ou perto da cadeia de ilhas. E, em terceiro lugar, a proximidade da cadeia de ilhas do continente expõe as cidades costeiras à possibilidade de ataque por armas de longo alcance e precisão que poderiam ser posicionadas nas ilhas pelos seus ocupantes.

Assim, o desenvolvimento de uma presença regular e uma habilidade comprovada de operar ao redor dos pontos de estrangulamento e passagens que ligam o Mar do Sul da China e o oceano Índico e o fortalecimento da posição estratégica em pontos críticos da “Rota Marítima da Seda” poderiam melhorar a capacidade chinesa de romper ou impedir qualquer bloqueio futuro que um adversário em potencial principalmente aos olhos

de Pequim, os EUA - tente impor ao comércio transoceânico de e para a China através desses canais estratégicos.

Repetindo Holmes e Yoshihara (2018), a geografia estrategicamente não representa por si só destino. Geografia, assim como o tempo, é neutra. As pessoas é que determinam como vão interpretar os mapas e deles tomarem as decisões que orientarão as estratégias de um Estado. A guinada da China para o mar representa um fator permanente para a geopolítica na Ásia. Os aspectos da produção, distribuição e consumo, além da visão da China sobre a Primeira Cadeia de Ilhas, reforçam a orientação marítima assumida por Pequim. O sucesso econômico obtido determinou que a China buscasse construir uma estratégia para proteger tudo isso e garantir sua sobrevivência.

A partir do momento em que a China direcionou seus esforços no sentido de desenvolver seu Poder Marítimo como elemento da prosperidade nacional essas características têm servido para orientar a conformação do Poder Naval chinês congregando comércio, bases, tráfego mercante e navios de guerra, além de ações no campo diplomático no que tange às reivindicações territoriais, sem abandonar a via das iniciativas de integração regional.

A “Teoria do Poder Marítimo” de Mahan fornece o ponto de vista adequado para o entendimento da relação entre os fatores geográficos, a estratégia e a visão marítima chinesa, bem como essa conexão tem influenciado a inserção da China no seu entorno estratégico. Os elementos do Poder Marítimo chinês em tempo de paz constituem fontes essenciais da prosperidade chinesa, induzindo o crescimento econômico que tem permitido o aumento do poder chinês, regional e mundialmente (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Ao nos remetermos à “Teoria dos Triângulos” de Mahan e projetarmos sobre o mapa do entorno estratégico da China e dos seus interesses marítimos, triângulos que unam pelos vértices os pontos considerados estratégicos para os chineses, delimitam-se claramente os espaços oceânicos no interior dos quais a China almeja exercer a plenitude dos seus poderes Marítimo e Naval.

Assim, na FIG. 12 estão representados dois triângulos que demonstram as projeções do poder chinês sobre o mar ao sul e ao leste da China, bem como sobre o oceano Pacífico ocidental, na sua porção conhecida como Mar das Filipinas. A FIG. 13 apresenta três triângulos estratégicos sobrepostos aos interesses marítimos chineses no oceano Índico, denotando as pretensões da China sobre esse vital espaço oceânico. As projeções do Poder Marítimo chinês representadas nos triângulos “mahanianos” mostram o “amadurecimento” da expansão econômica marítima da China, a qual foi proporcionalmente acompanhada pela evolução da sua Estratégia Naval, tanto no que diz respeito às tarefas da Marinha do Exército Popular de Libertação (MEPL) quanto a sua área e dimensão de atuação, como exposto no item seguinte.

3.4 A “Pequena Estratégia” - da Defesa Costeira à Proteção em “Águas Azuis”

A Estratégia Marítima chinesa foi impulsionada e orientada pelos imperativos geopolítico e econômico. Essas motivações “arrastaram” consigo, de forma metódica e planejada, o desenvolvimento do Poder Naval chinês na medida em que os interesses nacionais, principalmente os ligados ao mar, eram expandidos, provocando mudanças e evoluções doutrinárias.

São claras as metas chinesas de recuperar o poder e a hegemonia regional (e possivelmente alcançar uma projeção global) anulando a presença dos EUA naquela região e reincorporando a província “rebelde” de Taiwan, além de sobreviver e desenvolver-se econômica e socialmente, contexto no qual o mar assume papel de protagonista como ambiente de defesa, como meio para o fundamental comércio marítimo e fonte de valiosos recursos naturais vivos e não vivos.

Segundo Nan Li (2011), para que uma Estratégia Militar seja discutida deve-se levar em conta as características das operações militares, em termos de ofensiva e defensiva, e a área e dimensão de atuação dessas operações. A ENC passou por duas grandes mudanças: da estratégia *near-coast defense*, antes de meados da década de 1980, para a *near-seas active defense*, depois de meados da década de 1980. Posteriormente avançou para a *far-seas protection*²⁹, em meados dos anos 2000, como abordado mais adiante.

3.4.1 Near-coast defense

A primeira força naval chinesa, a “Esquadra do Leste”, foi estabelecida em 23 de abril de 1949 (aniversário da MEPL) em *Taizhou*, na província de *Jiangsu*, com a árdua tarefa de reconstruir portos, estaleiros e cais bombardeados e em cuja jurisdição encontrava-se o Estreito de Taiwan. Segundo Erickson et al. (2009), a tarefa das tropas do “Comando Militar do Leste da China” e de sua respectiva Esquadra era a de “defender o litoral chinês da agressão imperialista vinda do mar”, continuando sua luta contra as forças de Taiwan e “colaborando com a reconstrução econômica”.

²⁹ A fim de manter a fidelidade textual e evitar possíveis erros interpretativos decorrentes da tradução, este trabalho utilizará as denominações no idioma inglês para as Estratégias Navais chinesas em lide.

A estratégia *near-coast defense* considerava a defesa de uma faixa de cerca de doze Milhas Náuticas (MN), que se estende para o mar a partir da costa da China, e de uma porção terrestre de cerca de 300 km de largura que se estende para o interior do litoral, onde as cidades política e economicamente importantes estão localizadas. Como a costa da China tem uma extensão de cerca de 14.000 km, sendo difícil estabelecer um controle efetivo em todos os momentos, a defesa naval estava amplamente focada nos estreitos e canais de importância estratégica, ou naqueles que poderiam ser explorados pelo inimigo que tentasse invadi-la pelo mar para conquistar alvos terrestres estrategicamente importantes. Esses locais incluem o Estreito de *Bohai*, porta de entrada marítima para Tianjin e Pequim, e dizem respeito à segurança da costa norte; o Estreito de Taiwan, que se relaciona com a segurança da costa leste, a reunificação de Taiwan com o continente e a segurança das LCM ao redor daquela ilha; e o Estreito de *Qiongzhou*, que é central para garantir a Ilha de Hainan e a costa sul da China (LI, 2011).

A década de 1950 foi importante para a consolidação da MEPL como força de defesa da costa chinesa. A MEPL organizou-se, expandiu-se e continuou a enfrentar as ações das forças do *Guómíndǎng*. Foram implantadas uma Esquadra ao norte, que sediava a maioria dos submarinos chineses, provavelmente por ser a mais próxima das forças estadunidenses baseadas no Japão, e uma Esquadra ao sul, próxima à fronteira sudeste chinesa, frente à hostilidade dos países componentes da recém-criada “Organização do Tratado do Sudeste da Ásia”³⁰ (ERICKSON *et al.*, 2009).

Segundo Nan Li (2011), a implantação das três esquadras da MEPL - a Esquadra do Mar do Norte, a Esquadra do Mar do Leste e a Esquadra do Mar do Sul - correlaciona-se com a defesa dos três estreitos e dos mares adjacentes citados logo acima.

Como contam Erickson *et al.* (2009), na década de 1960 ocorreu a degradação do relacionamento com a URSS, que culminou com a retirada dos assessores soviéticos que se encontravam na China, paralisando ou atrasando diversos projetos militares que se encontravam em andamento. A URSS passou, inclusive, a ser considerada uma séria ameaça internacional aos interesses chineses, que vislumbravam a possibilidade de sofrer uma invasão territorial por parte daquele país. Isso direcionou esforços novamente para as fronteiras terrestres interiores, corroborando, assim, com a manutenção da MEPL em segundo plano, dada a priorização das forças terrestres (ERICKSON *et al.*, 2009; LI, 2011).

³⁰ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

Ainda segundo Erickson *et al.* (2009), na segunda metade da década de 1970 a principal percepção de ameaça para a China permanecia sendo a possibilidade de uma invasão anfíbia soviética. Outra ameaça soviética fortemente considerada era contra as LCM chinesas no oceano Índico e no mar ao norte da Arábia, àquela altura já vitais para o rápido crescimento econômico que se descortinava para o país. Nos anos da virada da década de 1970 para 1980 assume a liderança Dèng Xiǎopíng, que viria a capitanear a expansão econômica chinesa e praticamente levar o país a uma revolução de crescimento e desenvolvimento. Ainda no início do seu mandato Dèng enfatizou que a missão da MEPL era a defesa costeira e o apoio às operações do Exército Popular de Libertação (EPL).

Desde a sua criação em 1949, a MEPL seguiu por mais de trinta anos os tradicionais preceitos da doutrina da Defesa Ativa³¹ idealizada por Mão Zédōng, a qual conclamava o combate em um teatro predominantemente terrestre, onde a marinha tinha apenas um papel secundário de apoiar as tropas do exército nas suas ações ao longo do litoral ou nas ilhas próximas, efetivamente subordinando suas ações às operações terrestres, sendo que essa também era a visão de Dèng Xiǎo-píng ao assumir o poder no final da década de 1970. De um modo geral o objetivo central da defesa costeira durante esse período era o de garantir a sobrevivência nacional em uma grande guerra com a União Soviética, constituindo-se de uma estratégia puramente defensiva.

3.4.2 Near-seas active defense

Nas palavras do próprio Dèng Xiǎopíng:

Como o oceano não é um estreito fosso que protege uma fortaleza, a marinha não deve ser apenas a defensora de uma cidade. Para construir e estabelecer uma forte e próspera China nós devemos sair para o mundo enfrentando os oceanos (XIAOXING, 2014, p. x, tradução nossa)³².

Após sua ascensão ao poder em 1978, o caminho para as FFAA de hoje foi definido quando a defesa nacional foi incluída como a quarta das quatro “modernizações” da China (as outras eram indústria, ciência e tecnologia e agricultura), o que denota a priorização dada ao setor e ao planejamento de longo prazo. Desde o início Dèng declarava que desenvolveria o *hard power*³³ a fim de proteger os crescentes interesses marítimos chineses. Nesse contexto, ele concebeu a MEPL como uma força defensiva, capaz de prover a defesa nos mares próximos (*near-seas*) atuando apenas no oceano Pacífico.

³¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

³² Do original no idioma inglês.

³³ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

Porém, ao não determinar exatamente essa área geográfica deixou o caminho aberto para que a estratégia da MEPL fosse adaptada e ampliada em consonância com o desenvolvimento do país. Dèng incorporou à estratégia da MEPL o conceito da Defesa Ativa de Mão Zédōng, insistindo que não se assumisse apenas uma postura defensiva passiva (EUA, 2019b; HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Três eventos contribuíram para o desenvolvimento e a modernização da MEPL nos anos 1980: o primeiro foi a avaliação feita por Dèng Xiǎopíng de que as FFAA chinesas eram mal equipadas e mal preparadas para os conflitos modernos, percepção decorrente dos péssimos resultados alcançados no conflito com o Vietnã, ocorrido em 1979, quando o desempenho do EPL expôs graves fraquezas no planejamento operacional, nas táticas, no comando e controle (C2), na logística e no armamento. Desde então o EPL começou a estudar as operações militares estrangeiras contemporâneas, particularmente ocidentais, como a Guerra das *Malvinas* (1982) e o bombardeio da Líbia (1986), para obter *insights* sobre como modernizar as forças de combate da China. O segundo fator foi a decisão estratégica, em 1985, de não mais considerar a URSS como a maior ameaça aos interesses chineses em termos de um conflito nuclear global e de que o EPL deveria preparar-se para enfrentar conflitos “pequenos e localizados” (EUA, 2019b; LI, 2011).

Segundo Nan Li (2011), o terceiro e talvez mais importante fator foi a ascensão do General Liu Huaqing como Comandante da MEPL, em 1982. Tendo estudado na URSS e trabalhado por quase toda a carreira na área de ciência e tecnologia do EPL, Liu era próximo de Dèng Xiǎopíng e sua nomeação para o comando da MEPL sinalizou a determinação do governo de fortalecê-la. O agora Almirante Liu Huaqing exerceu forte influência nas decisões acerca da MEPL entre 1982 e 1987, e depois até 1997, enquanto Vice-Presidente do Comitê Militar Central (CMC) do PCC. Ele foi o responsável em planejar e iniciar a modernização da MEPL em três estágios, cada qual adequado às capacidades estratégicas necessárias ao seu cumprimento, a *near-coast defense*, a *near-seas active defense* e deixando o caminho pavimentado para a *far-seas protection*.

O conceito *near-seas active defense* foi proposto, pela primeira vez, por Dèng Xiǎopíng por ocasião da conferência do Comitê Permanente da MEPL em julho de 1979. Posteriormente foi aprofundado pelo Almirante Liu Huaqing nos anos seguintes, sendo entendido como “defender ativamente, operando nos mares próximos”. A enciclopédia da MEPL define que essa estratégia envolve o uso combinado de todos os métodos para exercer os efeitos gerais do Poder Marítimo, enquanto incessantemente exaure-se e aniquila-se o inimigo atacante. Requer as capacidades de localizar e destruir o inimigo, mudar gradualmente o equilíbrio de poder, mudar a situação estratégica e, assim, apropriar o tempo da transição para a contraofensiva estratégica e o ataque (HOLMES; YOSHIHARA, 2018; LI, 2011).

Como expõem Holmes e Yoshihara (2008), o Almirante Liu Huaqing pregava que a doutrina da Defesa Ativa poderia e deveria ser estendida a todos os ambientes de guerra e forças singulares, passando a guerra naval a ser conduzida a partir de princípios independentes dos engajamentos em terra. A MEPL, desde sua criação, praticamente não considerava operar em mar aberto sequer até as 200 MN do litoral. Assim, ele insistia na tese de que os limites operacionais deveriam ser concretamente estabelecidos e deveriam incluir o mar Amarelo, os mares do Leste e do Sul da China, o Estreito de Taiwan e a cadeia das Ilhas *Ryukyu*, formulando-se uma estratégia para as operações no interior e além dessas regiões, definindo-se duas linhas defensivas: a primeira no interior da área limitada pelo que é conhecido como Primeira Cadeia de Ilhas empurrando o conceito defensivo de Mão Zédōng em direção ao mar, representando a primeira fase da estratégia. Na segunda fase, num futuro então previsível, a MEPL expandiria sua atuação para a região que Huaqing delimitava como “as partes ao norte do Pacífico”, limitada pela Segunda Cadeia de Ilhas (FIG. 14).

Segundo o Professor da Universidade de *Tongji*, Gao Lan (2014), alguns argumentam que a estratégia do Almirante Liu Huaqing de empregar cadeias de ilhas como perímetros defensivos e ofensivos simultaneamente teria sido influenciada pelas ideias do Almirante Gorshkov³⁴, da URSS, de estabelecer camadas de defesa que se tornam cada vez mais difíceis para a força invasora quando se aproxima da costa. Porém, uma leitura cuidadosa da literatura chinesa mostra que tal estratégia pode ter sido influenciada pela experiência de guerra do EPL. Estrategistas do EPL dividem um campo de batalha em dois: um campo próximo e estreito, onde uma frente relativamente clara se desenvolveria para definir o engajamento dos dois lados, o que é conhecido como a linha interior; e um campo distante e vasto, onde os elementos do EPL podem manobrar e operar. Como esse segundo campo está fora, mas próximo aos flancos externos e à retaguarda do desdobramento do inimigo, essas manobras também são conhecidas como operações de linha externa (LAN, 2014).

Em comparação com a estratégia de defesa costeira, a estratégia *near-seas active defense* cobriria áreas marítimas bem maiores e requeria capacidades navais mais substanciais. Em tal estratégia a MEPL era considerada como uma “força estratégica”, o que significa que operaria de forma mais independente e teria seus próprios limites geográficos de operações, um claro afastamento da defesa costeira próxima que a considerava como uma força de apoio para auxiliar as operações terrestres. Por outro lado, esse conceito não cobria o sul do Pacífico e o Oceano Índico. Ainda assim, o espaço geográfico era maior do que o tradicional conceito das 200 MN ao longo da costa da China, por vezes alcançando distâncias de 1.000 MN (FERNANDES, 2015; LI, 2011).

³⁴ O Almirante Sergei Gorshkov (1910-1988) foi o maior pensador da Estratégia Naval da ex-URSS. Nascido na Ucrânia, deixou diversas obras sobre a importância do Poder Marítimo e do Poder Naval (CÁCERES, 2016).

O Almirante Liu Huaqing dividiu as “missões estratégicas” da MEPL em atividades de tempos de paz e de tempos de guerra. Em tempos de paz a marinha deveria: defender a unidade, a integridade territorial, a soberania e os direitos e interesses marítimos da nação; realizar a diplomacia naval; desencorajar ataques ao território provenientes do mar; lidar com conflitos marítimos locais; e facilitar o desenvolvimento nacional. Em tempo de guerra a MEPL deveria combater os ataques inimigos no mar, agindo de forma independente ou em conjunto com as demais FFAA; proteger as LCM; e executar ataques estratégicos de retaliação nuclear, se ordenado pela alta liderança do PCC. Notavelmente, quando Liu elaborou esta lista de missões em 1986 elas permaneceram por muito tempo ainda, além da capacidade da MEPL (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

As estratégias Marítima e Naval introduzidas pelo Almirante Huaqing representavam uma compreensiva e sofisticada elaboração de como a estratégia se coaduna com os objetivos da política. Eram um efetivo programa de longo prazo de como a China poderia se desenvolver no mar e para o mar. Ele identificou objetivos, designou áreas de responsabilidade e direcionou tarefas e missões consistentes com os interesses de segurança da China.

O Almirante Huaqing conduziu a reorganização da marinha, o restabelecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, a ampliação de bases, centros logísticos e de pesquisa e a reestruturação do sistema de ensino naval chinês. A ampliação das preocupações marítimas e o incremento dos recursos financeiros disponíveis na década de 1980 fizeram crescer o interesse numa marinha forte (ERICKSON *et al.*, 2009).

3.4.3 Far-seas protection

Quando o Almirante Liu Huaqing concretizou a estratégia *near-seas active defense*, em meados da década de 1980, afirmou que a MEPL operaria dentro e ao redor da Primeira Cadeia de Ilhas ou nos “mares próximos” da China por muito tempo ainda. Porém, ele também sugeriu que o crescimento da economia e o fortalecimento da ciência e da tecnologia se traduziriam na expansão do Poder Naval chinês em longo prazo. Isso, por sua vez, permitiria que a MEPL ampliasse sua faixa operacional até a Segunda Cadeia de Ilhas. Quando alcançasse a capacidade de operar de forma independente e eficaz em torno e além desse “limite” exterior estaria lançada a estratégia *far-seas protection* e ela se tornaria, verdadeiramente, uma marinha oceânica (LI, 2011).

Em 1991, com a extinção da URSS e sua fragmentação, o equilíbrio de poder na região foi alterado por completo, com os EUA permanecendo como poder hegemônico e a própria China, que já aproveitava seu forte movimento de expansão econômica, despontando como elemento regional de peso (DORNELLES, 2014; FERNANDES, 2015)

Como aponta Nan Li (2011), uma mudança significativa ocorreu a partir do final dos anos 1990. Por causa do rápido crescimento da economia, os gastos com a defesa na China aumentaram constantemente desde então. Como resultado, mais recursos foram disponibilizados para o desenvolvimento de pesquisas intensivas em tecnologia. Com isso, os principais “gargalos” nas plataformas de produção e nos sistemas de armas foram removidos devido à disponibilidade de tecnologias-chave, permitindo o aumento de qualidade e capacidade dos meios navais e aéreos chineses, que aumentaram de tamanho, sofisticação, alcance e permanência.

Em dezembro de 2001 o então Presidente Jiāng Zémín declarou que, embora continuasse implementando a estratégia de *near-seas active defense*, a MEPL reforçaria as capacidades de defesa e operações em alto-mar. Depois, Hú Jǐntào sucedeu Jiāng em 2002, enfatizando a necessidade de a MEPL fazer uma transição gradual para a defesa em “mares longínquos”, aumentando as capacidades de operações oceânicas. Em termos de escopo operacional as áreas marinhas adjacentes às bordas da Segunda Cadeia de Ilhas, bem como o espaço marítimo além dessa cadeia, foram englobadas pela definição da MEPL para “mares longínquos”, caracterizando uma vasta área que se estende do noroeste do oceano Pacífico ao leste do oceano Índico (FERNANDES, 2015; LI, 2011).

Segundo Nan Li (2011), considerando-se a disponibilidade de recursos financeiros e o progressivo desenvolvimento tecnológico que se apresentavam, o fator decisivo para a evolução do pensamento estratégico naval e o desenvolvimento de novas capacidades da MEPL foi a orientação do Poder Político, que redefiniu os objetivos nacionais e estabeleceu metas a serem alcançadas.

A MEPL passou a realizar exercícios navais cada vez mais complexos, inicialmente com cada uma de suas três Esquadras, até manobras envolvendo todas elas. Um marco representativo aconteceu em 26 de dezembro de 2008, quando um grupo-tarefa chinês, *The Chinese Naval Escort Force*, composto por dois navios-escolta e um de apoio logístico, foi desdobrado para o Golfo de *Aden*, nas proximidades da Somália, para proteção do tráfego mercante contra a ação de piratas. Desde então a MEPL enviou trinta e um grupos-tarefa para o cumprimento dessa tarefa na costa leste africana, com a duração média de quatro meses cada (EUA, 2019b; XIAOXING, 2014).

Além da formação de grupos-tarefa com meios mais capazes as operações em alto-mar também exigem logística sustentável, constituída de uma infraestrutura em terra e capacidades multifuncionais de comando e controle, facilidades para atracação, treinamento, suporte técnico, fornecimento de material e apoio às tripulações, surgindo o conceito das “cidades da marinha” (*haijun cheng*) (FERNANDES, 2015; KENNEDY, 2019; XIAOXING, 2014). Redes de bases navais e de aeródromos, passaram a ser planejadas e construídas ao longo da área de operações da MEPL, agora estendida ao Pacífico ocidental e ao Índico, onde se situam as suas mais sensíveis LCM, integrando-se à estratégia econômica do “colar de pérolas”³⁵ (FIG. 11).

Desde 2009, a MEPL expandiu suas operações além das tradicionais visitas a portos estrangeiros. Ela ampliou o escopo e a frequência de seus deslocamentos navais de longo alcance, exercícios militares e compromissos, sendo que operações contra pirataria no Golfo de *Aden*, treinamentos e exercícios internacionais, evacuações de não combatentes na Líbia e operações de manutenção da paz na África sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) passaram a fazer parte da visão cada vez mais ambiciosa da China para expandir as atividades de MEPL e sua crescente influência global. O estabelecimento, no Djibuti, da primeira base militar do EPL³⁶, com uma companhia de Fuzileiros Navais, e de prováveis bases de apoio em outros locais sinaliza um ponto de virada na expansão da MEPL na região do oceano Índico e além, aumentando significativamente as capacidades da China de projetar poder durante a próxima década, de dissuadir pela força militar e de sustentar as operações no exterior (EUA, 2019b; KENNEDY, 2019).

Como visto, a MEPL nasceu no calor do combate entre as forças revolucionárias de Mão Zédōng contra os nacionalistas do *Guómíndǎng* como uma força auxiliar do EPL, destinada a apoiar as ações terrestres e, no máximo, defender a costa chinesa numa estratégia conhecida como *near-coast defense*, tendo sido encarada desta forma por décadas pelos líderes chineses.

³⁵ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

³⁶ A base chinesa no Djibuti foi construída ao custo de 590 milhões de dólares, tendo sido inaugurada em primeiro de agosto de 2017 com a presença de um grupo-tarefa da MEPL (EUA, 2019b).

Posteriormente, com a ascensão de Dèng Xiǎopíng ao poder e o início do processo de reforma e abertura econômica vislumbrou-se a importância do desenvolvimento do Poder Marítimo e, conseqüentemente, do Poder Naval, levando a um meticuloso planejamento de longo prazo realizado e implementado pelo Comandante da MEPL, Almirante Liu Huaqing. Ele ratificou a inserção do conceito de Defesa Ativa na Estratégia Naval, redefiniu as tarefas da marinha, discriminando-as entre os períodos de paz e de conflito, e sistematizou os limites geográficos e as capacidades associadas à MEPL, a fim de que evoluísse de forma faseada. A etapa seguinte, até o limite da Primeira Cadeia de Ilhas, foi a estratégia conhecida como *near-seas active defense* que perdurou até meados da primeira década deste século, caracterizada pelo gradativo aumento da consciência situacional marítima e pelo desenvolvimento tecnológico da Base Industrial de Defesa (BID) da China.

Quando foram alcançadas as condições econômicas e tecnológicas adequadas a MEPL ultrapassou a Segunda Cadeia de Ilhas, operando com mais liberdade nos oceanos Pacífico ocidental e Índico, no âmbito da estratégia *far-seas protection*. Assim, passou a gozar de destacado protagonismo e independência, sendo considerada pelas lideranças do país como uma força estratégica.

A capacitação e o desenvolvimento tecnológico contínuo têm sido uma característica dessa expansão conjugada entre economia e Poder Militar. Desde os primeiros anos do regime comunista da China Mão Zédōng já vislumbra a necessidade do desenvolvimento de tecnologias próprias que seriam críticas à prosperidade chinesa, incluindo no âmbito militar, o que sinalizava a importância do estabelecimento de uma sólida BID independente.

Como aponta Nan Li (2011), com a reforma e a abertura promovidas por Dèng Xiǎopíng, pesados investimentos foram direcionados para a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) e a educação tecnológica. Nesse contexto os esforços foram capilarizados em todos os setores, não tendo sido diferente na MEPL sob a tutela, na época, do Almirante Liu Huaqing. A evolução planejada e faseada da Estratégia Naval chinesa foi praticamente “casada” com a conquista, pari passu, de cada marco tecnológico alcançado e da capacidade militar adquirida.

O APÊNDICE D deste trabalho apresenta um detalhamento desse processo de evolução e capacitação tecnológica militar, destacando o amadurecimento de importantes sistemas de armas e equipamentos que permitiram à MEPL trilhar o caminho até o seu estágio atual.

3.5 A MEPL na Atualidade

Xí Jìnpíng, atual Secretário-Geral do PCC e Comandante-em-Chefe das FFAA desde 2013, declarou que seu “sonho chinês” inclui um “forte sonho militar”. Assim, implementou reformas destinadas a forçar a colaboração entre as FFAA e melhorar a sua capacidade de realizar Operações Conjuntas. Os três vetores de modernização da MEPL são: desenvolvimentos de *hardware* e *software* que visam criar uma marinha de “águas azuis”, capaz de projetar poder; criação de um componente marítimo que trabalhe efetivamente com as outras FFAA, como parte do EPL; e o desenvolvimento de uma força marítima “interagências”, em que a marinha trabalha em coordenação com a guarda costeira, a milícia marítima e outras partes do governo chinês (McCASLIN, 2019).

Desde o ano de 1998 a China vem publicando *White Papers*³⁷ referentes ao setor de defesa. No último deles, em 2015, Xí Jìnpíng divulgou as reformas mais substanciais nas FFAA em pelo menos trinta anos. As reformas foram planejadas, em parte, para tornar o EPL uma força mais enxuta e mais letal, capaz de conduzir Operações Conjuntas modernas, as quais consideram essenciais para competir com os EUA. As reformas iniciais estabeleceram Comandos Conjuntos de Teatro de Operações (FIG. 16) e um novo Estado-Maior Conjunto, enquanto foram reorganizados os quatro departamentos gerais que anteriormente administravam as FFAA em quinze departamentos e escritórios do CMC. Esses esforços visam integrar os serviços militares da China nas Operações Conjuntas e facilitar a transição de Pequim da paz para a guerra (CHINA, 2015b; EUA, 2019b).

As reformas estruturais também estabeleceram um quartel-general separado do EPL, elevaram a força de mísseis da China ao *status* de Força Armada, ao estabelecer a Força de Foguetes Estratégicos, unificaram as capacidades espaciais e cibernéticas da China sob a Força de Suporte Estratégico e criaram uma Força de Apoio Logístico Conjunta para coordenar o apoio ao EPL. Contudo, talvez a mais significativa decisão foi a de colocar o Exército, que tradicionalmente desempenhou um papel dominante na liderança do EPL, em “pé de igualdade” com os outros serviços. A FIG. 15 apresenta um organograma resumido da estrutura em vigor atualmente (EUA, 2019b).

³⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 104.

Segundo recorda Xiaoxing (2014), a MEPL é uma das forças singulares que compõem o EPL, como são chamadas, genericamente, as FFAA da China, denominação que traduz a forte tradição terrestre e ligação com o exército, de onde nasceu em 1949. Com seu comando central localizado em Pequim, a cúpula da MEPL é constituída do Quartel-General do Comando da MEPL, responsável pelo comando operacional, treinamento, comunicações e assuntos militares, do Departamento de Política da Marinha, responsável pela propaganda, educação, normas e disciplina, e do Departamento de Material da Marinha, responsável pela pesquisa, desenvolvimento e manutenção de todos os tipos de navios, aeronaves, armamentos e demais equipamentos.

Ainda segundo Xiaoxing (2014), a MEPL possui três Esquadras (FIG. 17), a do norte, a do leste e a do sul. Sob a responsabilidade Esquadra do norte, sediada em *Qingdao*, está o mar de *Bohai* e o mar Amarelo. Subordinado a ela encontra-se um Comando de Aviação Naval. Sob a responsabilidade da Esquadra do leste, sediada em *Ningbo*, na província de *Zhejiang*, está o Mar do Leste da China. Ela também possui um Comando de Aviação Naval. Foi a primeira esquadra estabelecida pela MEPL quando da sua criação, em 23 abril 1949. Por fim, a Esquadra do sul, sediada em *Zhanjiang*, na província de *Guangdong*, tem responsabilidade sobre o Mar do Sul da China e é a maior das três Esquadras. A MEPL está organizada em cinco “serviços” ou corpos: Força de Superfície, Força de Submarinos, Força Aeronaval, Corpo de Fuzileiros Navais e Força de Defesa Costeira. Esta última, particularmente, é constituída por unidades dotadas de baterias de canhões e mísseis terra-mar, baseadas ao longo do litoral e nas ilhas.

O documento condicionante setorial de mais alto nível, a “Política de Defesa da China”³⁸, deixa claro que a China persegue, pelo menos no seu discurso oficial, uma política de natureza puramente defensiva. Ainda de acordo com o documento ela trabalha para uma estreita coordenação entre a “luta militar” e os esforços políticos, diplomáticos, econômicos, culturais e legais, promovendo um ambiente de segurança favorável e tomando a iniciativa de prevenir e desarmar as crises e de dissuadir conflitos e guerras. Considera estritamente a posição de autodefesa, exercendo prudência no uso da força. Mantendo o princípio do desenvolvimento coordenado da economia e da defesa nacional a China faz planos para o uso de seus recursos nacionais e estabelece um equilíbrio entre enriquecer o país e fortalecer as FFAA, assegurando que sua estratégia de defesa nacional seja compatível com sua estratégia de desenvolvimento nacional. Considera a defesa nacional parte orgânica de seu desenvolvimento social e econômico (CHINA, 2015a; CHINA, 2019).

³⁸ Do original no idioma inglês *China Defense Policy*.

O documento condicionante decorrente do anterior é a “Estratégia Militar da China”³⁹, que visa orientar, no nível estratégico, o emprego das FFAA. De acordo com ele o país tem aproveitado esse período importante de oportunidades para o seu progresso. Contudo, como todo grande país em desenvolvimento enfrenta múltiplas e complexas ameaças à segurança. Questões relacionadas à subsistência e ao desenvolvimento, bem como ameaças de segurança, tradicionais e não tradicionais, estão interligadas. Portanto, a China tem a tarefa de salvaguardar sua unificação nacional, sua integridade territorial e seus interesses. Na medida em que o centro de gravidade econômico e estratégico do mundo está mudando cada vez mais rapidamente para a região da Ásia-Pacífico, os EUA mantêm sua estratégia de “reequilíbrio” e aumentam sua presença militar e suas alianças nessa região. Com o crescimento dos interesses nacionais da China sua segurança nacional é mais vulnerável às turbulências internacionais e regionais. São ameaças o terrorismo, a pirataria, os graves desastres naturais e as epidemias. Além disso, as FFAA chinesas continuarão a participar das missões de manutenção da paz da ONU, observando estritamente os mandatos do Conselho de Segurança, mantendo seu compromisso com a solução pacífica de conflitos, promovendo o desenvolvimento e a reconstrução e salvaguardando a paz e a segurança regionais (CHINA, 2015b).

Para implementar a diretriz estratégica militar de Defesa Ativa na nova situação as FFAA chinesas inovarão doutrinas operacionais básicas. Em resposta às ameaças de diferentes direções e de acordo com suas capacidades atuais as FFAA aderirão aos princípios de flexibilidade, mobilidade e interdependência. Forças de combate integradas serão empregadas para prevalecer nas operações de domínio da informação, ataques de precisão e Operações Conjuntas (CHINA, 2015b).

Como deixa claro a referida Estratégia Militar:

A mentalidade tradicional de que a terra supera o mar deve ser abandonada e grande importância deve ser dada à gestão dos mares e oceanos e à proteção dos direitos e interesses marítimos. É necessário que a China desenvolva uma estrutura de força militar marítima moderna, compatível com seus interesses nacionais de segurança e desenvolvimento, proteja sua soberania nacional, direitos e interesses marítimos, proteja a segurança das LCM estratégicas e interesses estrangeiros e participe da cooperação marítima internacional (CHINA, 2015b, tradução nossa)⁴⁰.

³⁹ Do original no idioma inglês *China Military Strategy*.

⁴⁰ Do original no idioma inglês.

Nesse contexto a MEPL é um serviço estratégico do EPL e a principal força de operações marítimas. É responsável por tarefas como salvaguardar a segurança marítima da China e manter a soberania das suas águas territoriais, juntamente com os seus direitos e interesses marítimos. Alinhada com a exigência estratégica da “defesa de águas oceânicas” e “proteção em mar aberto”, a MEPL mudará gradualmente seu foco da estratégia *near-seas active defense* para a combinação de *near-seas active defense* com *far-seas protection*, construindo uma estrutura de força de combate marítima combinada, multifuncional e eficiente. A MEPL aumentará suas capacidades de dissuasão estratégica, contra-ataque e de Operações Conjuntas no mar (CHINA, 2015b).

Como apontam Holmes e Yoshihara (2018), em que pese a histórica quase “obsessão” dos estrategistas chineses com relação a Taiwan pelo menos até a primeira década do século XXI, estes introduziram dois novos fatores importantes a serem levados em conta: o primeiro diz respeito à necessidade da China de construir um Poder Militar compatível com a estatura e a inserção internacional que vem se configurando; e o segundo, o imperativo da defesa das suas LCM na medida em que todo o seu crescimento e a sobrevivência econômica dependem do uso que o país faz do mar. Assim, a China necessita de uma capacidade de longo prazo de proteger suas LCM, de forma a garantir o fluxo de óleo e gás natural e o comércio marítimo que chega e sai do país.

Para Fravel (2019), a estratégia *near-seas active defense* enfatiza a defesa dos interesses marítimos imediatos da China, especialmente em disputas territoriais e jurisdicionais nos mares adjacentes à China continental. Já a estratégia *far-seas protection* é compatível com a proteção das LCM e das empresas e ativos chineses no exterior. A primeira requer uma postura proativa⁴¹, enquanto a segunda sugere uma postura reativa. Tais comportamentos foram caracterizados por Ackoff (1981), nos seus estudos sobre planejamento estratégico.

Segundo Erickson *et al.* (2009) e Kennedy (2019), a China está determinada a desenvolver sua plena capacidade de operar aeronaves de asa fixa em navios-aeródromo, meio preponderante para a proteção da suas LCM além do alcance das aeronaves baseadas em terra, bem mais ao sul do Mar do Sul da China, através do Estreito de *Malaca* e mesmo no oceano Índico, alcançando o Oriente Médio. Atualmente a MEPL realiza a grande maioria das missões militares chinesas no exterior, no contexto das suas duas funções principais: proteger as LCM e salvaguardar os interesses estrangeiros da China. Ambas se traduzem na presença avançada em áreas estrategicamente importantes das regiões dos oceanos Índico e Pacífico (KENNEDY, 2019).

⁴¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 103.

Assim, observa-se que a China dá claros sinais de que está se afastando de uma Estratégia Naval apoiada apenas em submarinos e mísseis baseados em terra para uma solução composta, que engloba esses meios mas também submarinos nucleares de ataque e robustas forças de superfície nucleadas em navios-aeródromo, operando onde se fizerem necessárias.

Como sintetiza O'Rourke (2018), o esforço de modernização naval da China está orientado para o desenvolvimento de capacidades para: abordar militarmente a questão da independência de Taiwan; defender as reivindicações territoriais da China nos mares do Sul e do Leste da China e, de um modo mais geral, alcançar um maior grau de Controle do Mar; reforçar a visão internacional de que a China tem o direito de regulamentar as atividades militares estrangeiras em sua ZEE de 200 MN; defender as suas LCM, particularmente aquelas que ligam o país ao Golfo Pérsico; mitigar a influência dos EUA no oceano Pacífico ocidental; e afirmar o *status* da China como principal potência regional, bem como seu maior espaço como potência mundial. Missões adicionais incluem as operações de segurança marítima (incluindo antipirataria), a evacuação de cidadãos chineses de países estrangeiros e a realização de operações de assistência humanitária e resposta a desastres.

Recentemente a China divulgou, após um lapso de quatro anos, novo documento relativo ao setor de defesa, intitulado "A defesa nacional da China na nova era"⁴², o qual não apresenta maiores alterações em relação ao *White Paper* anterior, de 2015. O país mantém seu compromisso com uma estratégia militar cooperativa, defensiva, baseada na Defesa Ativa, no contra-ataque, nas Operações Conjuntas entre as FFAA e na necessidade de incremento dos adestramentos em nível real de combate. Na parte afeta à MEPL reitera as estratégias *near-seas defense* combinada com *far-seas protection*. Contudo, onde analisa geopoliticamente seu entorno estratégico claramente faz o contraponto a cada um dos tópicos apresentados pelos documentos oficiais dos EUA que trouxeram análises sobre a China, em 2019, o *Annual Report to Congress 2019* e o *China Military Power da Defense Intelligence Agency*. Deixa claro que está atenta ao aumento da tensão regional e, de forma velada, reconhece os EUA como seu antagonista (CHINA, 2019; EUA, 2019a; EUA 2019b).

⁴² Da versão original no idioma inglês: *China's National Defense in the New Era* (tradução nossa).

A defesa da própria China continental, que o *White Paper* (2015) chama de “defesa de águas oceânicas”⁴³, continua sendo a missão mais importante da MEPL. Em termos práticos, refere-se à região entre o litoral e a Segunda Cadeia de Ilhas - no Mar das Filipinas – incluindo os mares do Leste e do Sul da China - área onde as forças chinesas tentariam impedir que os EUA interferissem nas operações militares *offshore*. O espaço marítimo a ser defendido baseia-se nas estimativas sobre a gama de armas transportadas por uma força atacante, não estando determinado pelos limites das cadeias de ilhas. Por exemplo, de acordo com uma avaliação chinesa o raio de combate de uma aeronave de caça F/A-18, da marinha dos EUA, é de 1.200 MN, dado que indica sobre qual alcance a MEPL se preocupará na aproximação de um navio-aeródromo (McDEVITT, 2016).

Segundo Erickson *et al.* (2007) e McDevitt (2016), o referido conceito parece ser uma nova formulação chinesa para o que tem sido tradicionalmente chamado de *near-seas active defense* ou, como foi denominado pelos EUA, *Anti Access/Area Denial* (A2/AD). É uma campanha conjunta da Marinha, da Força Aérea e da Força de Foguetes Estratégicos que tem o objetivo operacional de impedir uma aproximação de forças hostis atacando-as longe da China (A2, antiacesso) ou, se isso falhar, ou se forças hostis já estiverem dentro de alcance do ataque da China, a tentativa de negar-lhes liberdade de ação operacional e tática (AD, negação de área). Trata-se de uma operação concentrada no Controle do Mar dentro da Primeira Cadeia de Ilhas e na negação do mar além de Taiwan e na periferia oceânica chinesa. Será operacionalizada pelo emprego do Poder Aéreo a partir de terra, associado a mísseis de cruzeiro lançados por navios, submarinos e aeronaves; o uso ofensivo de submarinos contra as forças de superfície atacantes, principalmente os convencionais, no interior da Primeira Cadeia de Ilhas, e os de propulsão nuclear, no interior e ao redor da Segunda Cadeia de Ilhas; e de mísseis balísticos convencionais baseados em terra com ogivas (carga não nuclear) de reentrada manobráveis (DF-21D MIRV), que podem atingir navios no mar.

Segundo Dornelles (2014) e Erickson *et al.* (2007), é um conceito inspirado na defesa em camadas planejada pela ex-URSS contra grupos-tarefa de navios-aeródromo dos EUA. Os chineses o teriam adaptado às suas necessidades, incorporando o princípio da Defesa Ativa. A China o apelida de “maça assassina”. Tal conceito depende de uma adequada arquitetura de comando, controle, vigilância e acompanhamento de contatos, que tem demandado fortes investimentos em satélites civis e militares, no desenvolvimento de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) e numa rede de radares terrestres com capacidade além do horizonte (OTH-R).

⁴³ Do original no idioma inglês: *defense offshore*.

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), a implantação de toda essa arquitetura, incluindo os sistemas de armas, de C4ISR⁴⁴ e de infraestrutura para operação de aeronaves a partir de terra, é um dos fatores motivadores da estratégia da China de ocupação de ilhas e recifes, principalmente no Mar do Sul da China, como os arquipélagos das *Paracel* (aqui destacando-se a Ilha *Woody*) e *Spratly*, onde estão sendo construídas uma série de facilidades que compõem o sistema.

Em abril de 2016, por exemplo, a China pousou um avião militar em sua base aérea artificial no disputado Recife *Fiery Cross*, nas Ilhas *Spratly*. O país, inclusive, está discutindo abertamente planos para a construção de usinas nucleares para fornecer energia elétrica às ilhas. Em fevereiro de 2016, Pequim colocou avançados mísseis superfície-ar HQ-9 (SAM) na Ilha *Woody*. Apenas alguns meses antes, no final de 2015, dezesseis jatos de combate J-11 foram destinados à ilha, provendo a capacidade de controlar o espaço aéreo em torno das *Paracel* (ANDERSEN; PERRY, 2017). Nas FIG. 18, 19 e 20 são representadas as estruturas componentes dessa estratégia, com seus elementos componentes, camadas e áreas de cobertura.

A China construiu uma complexa gama de capacidades que permitiram a implementação da estratégia *near-seas active defense*, seu conceito de “maça assassina” ou de *anti access/area denial*, como se queira denominá-la. Ao integrar as FFAA de forma conjunta na defesa marítima aproximada tem permitido que a MEPL empregue com maior liberdade seus meios oceânicos, principalmente sua Força de Superfície, enviando-os em missões típicas das marinhas de “águas azuis”, marcando presença e protegendo os interesses chineses onde se fizer necessário.

Partindo-se do pressuposto, já apresentado, de que a “lógica” e a “gramática” propostas por Mahan são dissociáveis, um Estado pode abraçar o ciclo virtuoso do desenvolvimento do Poder Marítimo por meio da tríade de comércio, vontade política e Poder Militar, enquanto emprega uma “gramática” diferenciada para nortear o dimensionamento e o emprego de seu Poder Naval.

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), o estilo de combate híbrido ofensivo e defensivo da MEPL está de acordo com o conceito de Defesa Ativa de Mão Zédōng, que coloca meios táticos ofensivos nos fins estratégicos defensivos. A abordagem maoísta da China também está de acordo com os preceitos estabelecidos por Sir Julian Corbett, quando pregava a estratégia de um oponente mais fraco que aguarda a chance de aplicar um contra-ataque. O teórico britânico chegou ao mesmo termo - Defesa Ativa - para mostrar como uma marinha mais fraca pode disputar o Controle do Mar com outra, mais forte, até que se torne superior e assuma, por si só, o Comando do Mar.

⁴⁴ Do acrônimo em inglês que significa *Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance*.

As mudanças na estratégia e nas capacidades navais não podem ser explicadas apenas por uma variável ou fator, mas sim pela combinação do papel das lideranças navais e experiências pessoais, do endosso das lideranças civis, da percepção do ambiente de segurança externa, da disponibilidade de financiamento e de tecnologias e da institucionalização da pesquisa naval.

O incentivo para modernizar o EPL, incluindo todas as FFAA, tem se tornado cada vez maior na medida em que o governo se preocupa com a possibilidade de Taiwan se mover no sentido de sua independência. O governo também reconhece a necessidade de a China consolidar-se como uma potência econômica, política e militar não apenas regionalmente, mas globalmente. Há uma clara percepção governamental de que o mais importante aspecto relacionado ao crescimento chinês, desde o início da década de 1980, tem sido a dependência do mar no que tange ao comércio marítimo, incluindo o suprimento de energia. A China necessita tornar-se uma potência marítima para proteger seu regime de governo da loteria da crise econômica que ocorreria caso o comércio marítimo fosse ameaçado por um considerável período. Assim, a China é um país que avança no século XXI como uma nação que, por necessidade, está se tornando uma potência marítima.

O próximo capítulo apresentará os aspectos relevantes da contextualização histórica brasileira com ênfase na sua relação com o mar, da inserção do Brasil no seu entorno estratégico e de seus interesses nacionais, em especial aqueles ligados ao oceano, distinguindo os aspectos principais da ENB.

4 O BRASIL E SUA ESTRATÉGIA NAVAL

4.1 O Brasil e o Mar

O Brasil é um país de dimensões continentais, representando 47,3% do território sul-americano e ocupando a quinta posição mundial em extensão territorial, com 8.515.767,049 km² e cerca de 17.000 km de fronteiras terrestres. Detentor de um PIB, no ano de 2018, de 6,8 trilhões de reais, é a nona maior economia global, ocupando, ainda, a sexta posição em população, com cerca de 210 milhões de habitantes⁴⁵. O APÊNDICE B apresenta o aprofundamento da sua contextualização histórica, principalmente nos aspectos ligados ao relacionamento entre a formação do Estado e o mar, da qual se seguem os aspectos e constatações mais relevantes.

⁴⁵ Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 jul. 2019.

O País, como o conhecemos demográfica e socialmente hoje, nasceu do mar por meio das conquistas de um Estado essencialmente marítimo, Portugal, graças ao avanço tecnológico da época e ao apoio e à iniciativa governamentais num momento em que aquele reino disputava com a Espanha o domínio das rotas comerciais entre a Europa e o Oriente. Segundo Albuquerque e Silva (2006), duas coisas preocupavam o governo português: conhecer o mais possível o oceano Atlântico e garantir a posse das terras que, pouco a pouco, se estavam descobrindo.

Por quase três séculos o País permaneceu com o povoamento e as atividades basicamente concentradas no litoral, seja pelo desinteresse português de interiorizar-se, seja pelas dificuldades impostas pelas enormes distâncias e relevo acidentado. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII passou por um movimento de expansão das fronteiras para o oeste, principalmente em função da atividade mineradora, definindo-as quase totalmente a partir do Tratado de Madri (1750), que resolveu as disputas entre Portugal e Espanha acerca dos referidos territórios.

Em 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal, iniciando um período de instabilidade política e correndo o risco de fragmentar-se. Somente pelo uso da força armada foi possível debelar tais movimentos, nascendo a Marinha do Brasil que teve primordial papel no processo de consolidação da independência. É interessante lembrar que essa marinha consolidadora da independência nacional, eliminando os focos da resistência estrangeira em nosso território, surgiu por necessidade imperiosa daqueles dias e mereceu o apoio geral da população e dos políticos responsáveis pelo processo de emancipação política do Brasil.

A Guerra do Paraguai (1865-1870), no extremo oeste do País, veio comprovar a carência de vias de comunicação com o interior do território, cujas dimensões já haviam assumido suas características continentais. Ao longo do século XX essa visão de que era necessário interiorizar-se e integrar o território predominou no pensamento estratégico brasileiro, contribuindo para que o desenvolvimento da mentalidade marítima fosse relegado a um segundo plano. Apesar disso, foi no litoral onde se desenvolveram os principais aglomerados urbanos e foi iniciado o desenvolvimento industrial, situação que perdura até os dias de hoje.

Assim, imperativos geopolíticos e econômicos têm empurrado o desenvolvimento do País ora em direção ao interior continental, ora de volta às origens marítimas. Isso se dá pela natural e ambígua vocação do Brasil que o impulsiona às duas vertentes antagônicas, a da massa terrestre e a da influência oceânica do Atlântico Sul, proporcionando desafios e oportunidades com uma flexibilidade que precisa ser compreendida e bem aproveitada por toda a sociedade brasileira.

4.2 O Entorno Estratégico e Interesses Marítimos

O Brasil é banhado, do norte ao sul, pelo oceano Atlântico. Considerados os recortes e reentrâncias, bem como as ilhas oceânicas, o litoral do País alcança 9.200 km. A área marítima projetada a partir de todo o litoral, com base nos critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar⁴⁶ (CNUDM), constitui a porção marítima das Águas Jurisdicionais Brasileiras⁴⁷ (AJB). É importante observar, no mapa (FIG. 21), como na conformação do litoral brasileiro inexistem acidentes geográficos que provoquem “constrangimentos” no acesso ao País para quem se aproxima ou se afasta pelo mar, sendo a costa amplamente aberta ao Atlântico Sul.

O APÊNDICE C apresenta o detalhamento da inserção do País no entorno estratégico e os respectivos interesses nacionais associados ao mar, acerca dos quais seguem abaixo as principais constatações. O referido apêndice explora, ainda, o Poder Marítimo brasileiro e suas projeções de poder sobre o entorno estratégico, sob o “olhar” da “Teoria do Poder Marítimo” de Mahan.

Em função da importância para o Brasil do espaço marítimo supracitado, nos aspectos das suas vertentes ambiental, científica, econômica e de soberania, dos recursos naturais, vivos e não vivos, explorados e ainda por explorar, bem como da biodiversidade presente, a MB cunhou o termo “Amazônia Azul” fazendo uma analogia à outra importante e mundialmente reconhecida região nacional, que é a Amazônia Legal⁴⁸ brasileira (STEIN, 2013).

O Brasil é autossuficiente na relação produção/consumo de petróleo, ocupando a 19ª posição mundial como exportador dos seus excedentes. Porém, em função da qualidade da matéria-prima e da capacidade e técnicas de refino importa petróleo leve e derivados, dos quais ainda é dependente. Importante ressaltar que 95% de todo o petróleo e 80% de todo o Líquido de Gás Natural (LGN) produzidos no País são explotados no mar, num verdadeiro “arquipélago” de plataformas artificiais localizadas majoritariamente nos litorais dos estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo. A maior parte da movimentação desse petróleo, gás e derivados entre as áreas de produção e os centros de processamento e destes para as regiões de consumo no Brasil é realizada pelo modal marítimo, por meio da navegação de cabotagem (ANP, 2019; ANTAQ, 2019).

⁴⁶ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

⁴⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

⁴⁸ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

Como aponta Judice (2018), essas estruturas localizadas no mar são objetivos estratégicos de grande vulnerabilidade, não somente frente às eventuais ameaças estatais mas também à ação de atores não convencionais, por meio do terrorismo, da pirataria, do risco de dano ambiental severo ou roubo de tecnologia. Judice (2015) afiança que as estruturas produtivas de petróleo e gás funcionam em produção permanentemente e, por isso, necessitam de um esforço também permanente de monitoramento e proteção.

Em que pese o processo de interiorização comentado anteriormente é ao longo do litoral que continuam fixados os maiores aglomerados e concentrações urbanas do País, além das principais estruturas críticas, complexos industriais, financeiros e portuários.

Com relação especificamente aos portos, estes se revestem de vital importância econômica, pelo fato de 96% da carga exportada e 90% da importada circularem por via marítima. A América do Sul é isolada dos principais eixos do comércio internacional, fazendo com que o Brasil dependa do modal marítimo para realizar suas trocas comerciais e, conseqüentemente, das LCM que atendem ao País, seja na navegação de longo curso seja na de cabotagem, sob pena de grandes prejuízos econômicos e mesmo da paralização de setores estratégicos em função da dependência externa de produtos como óleo diesel, adubos e fertilizantes (fundamentais à agricultura intensiva).

A vertente de soberania da Amazônia Azul, “transbordada” para os interesses marítimos brasileiros no oceano Atlântico Sul, colide com a presença de significativos atores internacionais que, historicamente ou de forma mais recente, possuem algum tipo de posse territorial na região ou que, por meio de *soft power*⁴⁹, cada vez mais exercem sua influência. O primeiro caso encontra como principal exemplo o Reino Unido e suas possessões territoriais representadas pelas ilhas oceânicas da cadeia mesoatlântica. Já o segundo caso tem como principal protagonista a China e seus recentes interesses em países africanos como Angola e Namíbia. O mapa da FIG. 31 mostra a distribuição da presença estrangeira no Atlântico Sul.

⁴⁹ Vide GLOSSÁRIO, p. 104.

O Brasil, por sua vez, na sua esfera de atuação diplomática no oceano Atlântico Sul participa e é signatário de diversos tratados e acordos internacionais, no sentido da cooperação e da estabilidade regional, destacando-se a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul⁵⁰ (ZOPACAS) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁵¹ (CPLP), fóruns que se constituem em importantes oportunidades para o exercício do *soft power* brasileiro. Ainda, segundo Gheller, Gonzalez e Melo (2015), entre as iniciativas bilaterais envolvendo o Brasil e países limítrofes destacam-se as atuações das missões navais mantidas pela MB em Cabo Verde e na Namíbia, ambas com propósitos semelhantes de capacitar as marinhas dos referidos países no que tange ao seu pessoal e material.

A “Teoria do Poder Marítimo” de Mahan permite constatar a parcela marítima da vocação do País ao desenvolvimento pelo uso do mar. A presença de seus elementos ou “fontes”, caracterizados pela posição geográfica do Brasil, sua extensão territorial e configuração física e demográfica, é um fator perene na história nacional. Contudo, em que pese suas origens marítimas, a população, na medida em que crescia, foi levada a permanecer de “costas para o mar”, em função dos atrativos econômicos da mineração e, mais recentemente, da grande expansão agrícola e pecuária. Amparada por políticas governamentais que fomentaram a interiorização e a integração territorial, inequivocamente necessárias para a manutenção da unidade nacional, a sociedade brasileira tem desprezado historicamente o ciclo virtuoso do uso do mar como elemento de prosperidade econômica e bem-estar social. Ou seja, os elementos relacionados ao “caráter do povo” e do “caráter do governo” não foram suficientemente motivados e direcionados ao pensamento marítimo.

Recorrendo uma vez mais à “Teoria dos Triângulos” de Mahan, é possível projetar sobre o mapa do entorno brasileiro e seus interesses marítimos triângulos que unam pelos vértices pontos considerados estratégicos, delimitando os espaços oceânicos no interior dos quais o País deve exercer a plenitude dos seus poderes Marítimo e Naval, bem como permitindo compreender o posicionamento de alguns atores exógenos presentes na região. Os triângulos na cor vermelha, delineados na FIG. 32, apresentam as projeções do poder brasileiro sobre a Amazônia Azul, particularmente nas suas porções de maior valor estratégico. Os triângulos da FIG. 33, nas cores verde e azul, parcialmente superpostos, apresentam as projeções do poder brasileiro sobre o oceano Atlântico (Sul e parcela do Norte) e parte do Mar do Caribe. É interessante observar, ainda, que na porção superposta dos dois triângulos, central ao Atlântico Sul, é onde se situa quase todo o colar de ilhas pertencentes ao Reino Unido.

⁵⁰ Vide GLOSSÁRIO, p. 104.

⁵¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

4.3 O Brasil e a sua Estratégia Naval

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 3º, estabelece os objetivos fundamentais do País sendo, um deles, no inciso segundo, o de garantir o desenvolvimento nacional. No artigo 4º estabelece os princípios que regem as relações internacionais brasileiras, destacando-se os incisos quarto, que prega a não intervenção, sexto, que defende a paz, e sétimo, que prescreve a solução pacífica dos conflitos. Ainda, no artigo 142 define a constituição das FFAA brasileiras como sendo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, atribuindo-lhes, entre outras destinações, seu fim principal de defender a Pátria (BRASIL, 1988).

O documento setorial de mais alto nível que trata da defesa é a Política Nacional de Defesa (PND), editada pela primeira vez em 1996, revista em 2005 e, a partir de 2012, sistematicamente revisada e publicada, juntamente com outros dois documentos condicionantes: a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2016c; BRASIL, 2010).

A PND consolida os posicionamentos do Estado brasileiro e estabelece os objetivos mais elevados no tema, buscando harmonizar as expressões do Poder Nacional intervenientes visando melhor aproveitar as potencialidades e as capacidades do País. Nesse sentido, delimita o entorno estratégico de interesse como sendo a América do Sul, o oceano Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Além disso, em função das tradicionais relações do País considera também a América do Norte e a Europa e, em face dos laços históricos e as afinidades culturais com o Brasil, os países de língua portuguesa. Igualmente, ao norte a proximidade do Mar do Caribe impõe que se dê atenção àquela região. Determina, ainda, que sem se descuidar das demais regiões brasileiras deve ser dada prioridade às áreas onde se concentram os poderes Político e Econômico e a maior parte da população brasileira, além da Amazônia e do Atlântico Sul. Um detalhe é que o LBDN estende o limite norte do entorno estratégico do Brasil até o paralelo de 16º de latitude norte. A representação desse espaço geográfico de interesse encontra-se na FIG. 34 (BRASIL, 2016b; BRASIL, 2016c).

Ainda segundo a PND (2016c), três pilares devem ser explorados a fim de garantir a segurança e a defesa nacionais: o desenvolvimento, a diplomacia e a própria defesa. O documento define oito Objetivos Nacionais de Defesa, dos quais se destacam: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; assegurar a capacidade de defesa, no âmbito do cumprimento das missões constitucionais das FFAA; e salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior. No contexto amplo dos referidos objetivos encontram-se as capacidades de monitoramento e controle do território, das AJB e do espaço aéreo sobrejacente, bem como a proteção das LCM. É levada em conta, ainda, a necessidade do contínuo aperfeiçoamento das técnicas e

da doutrina de emprego das Forças, de forma singular ou conjunta, com foco na interoperabilidade.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), seguindo os documentos condicionantes superiores, também preconiza que o Brasil deve reger suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Nas orientações sobre como atingir os Objetivos Nacionais de Defesa aponta como essencial a busca por Capacidades Nacionais de Defesa, entre as quais se destacam a de proteção, de dissuasão, de pronta resposta e de coordenação e controle, sendo que as orientações estabelecidas no documento estão voltadas para a preparação das FFAA e do Brasil como um todo para garantir a defesa e contribuir para a segurança do País, tanto em tempos de paz quanto em situações de crise ou mesmo de conflito armado (BRASIL, 2016a).

A Capacidade de Proteção do território e da população brasileira manifesta o mais significativo objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, urge dotar a Nação da capacidade de resposta em situações anômalas a fim de preservar as funções vitais do Estado. Reforçar a Capacidade de Proteção requer a adequação dos meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, incluindo a ZEE, a PC e o espaço sobrejacente, o espaço cibernético e outras áreas de interesse, entre as quais os ativos materiais e humanos no exterior (BRASIL, 2016a).

A publicação sistemática, a partir de 2012, da PND, da END e do LBDN permitiu um maior acesso e transparência do setor de defesa para a sociedade como um todo, estimulando o crescimento do segmento de pesquisa acadêmica sobre o tema, inclusive no ambiente civil. Outro fato relevante é o estabelecimento formal do conceito de que defesa, diplomacia e desenvolvimento são partes de um mesmo sistema e assim devem ser analisados e planejados.

Nesse contexto, da análise inicial desses documentos condicionantes do nível político e estratégico depreende-se que a estratégia de defesa do Brasil, além do emprego prioritário da diplomacia, é essencialmente defensiva, calçando-se fortemente na capacidade de dissuasão. Fica clara a prioridade das ações de proteção às estruturas vitais do Estado, sendo necessárias, também, as capacidades de pronta resposta e coordenação e controle.

Em face das peculiaridades dos conflitos armados modernos o Brasil prioriza o emprego conjunto das FFAA, aproveitando a sinergia entre as capacidades de cada Força sem desconsiderar a possibilidade da sua utilização singular, sendo que tais capacidades deverão ser integradas e consolidadas. O emprego conjunto das FFAA se dará pela ação de Comandos Operacionais Conjuntos ativados oportunamente, subordinados ao Presidente da República, em caso de conflito real, ou ao Ministro de Estado da Defesa, no caso de adestramento ou emprego em Operações de

Paz. Cabe ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) o planejamento do emprego conjunto das FFAA (BRASIL, 2007; BRASIL, 2016a; BRASIL, 2010). A FIG. 35 apresenta a Estrutura Militar de Defesa do Brasil.

O País possui doutrina e sistemática próprias para o emprego conjunto das FFAA, materializadas na publicação “Doutrina de Operações Conjuntas” do Ministério da Defesa (MD), onde estão previstos os passos desde o início de uma crise ou conflito armado, o planejamento das operações, a ativação dos Comandos Operacionais Conjuntos e as ações propriamente ditas. A publicação prevê o pré-planejamento a partir de situações hipotéticas, chamadas de Hipóteses de Emprego (HE), com planos prontificados e testados a fim de minimizar o tempo de reação às ameaças. Dois Comandos Operacionais estão permanentemente ativados: o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), que entre suas atribuições cuida da defesa do espaço aéreo brasileiro, e o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), responsável pelas ações de defesa cibernética. Ressalta-se que esses comandos não estão na estrutura do EMCFA. Estão, respectivamente, na da Força Aérea Brasileira (FAB) e na do Exército Brasileiro (EB) (BRASIL, 2011b).

No caso específico da Marinha do Brasil, como força singular, sua missão enuncia:

A Marinha do Brasil tem como missão-síntese preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para o apoio à política externa (BRASIL, 2016a).

Além das possíveis ameaças estatais o crescimento de atos ilícitos no mar, na forma de pirataria, tráfico de pessoas e drogas, contrabando, pesca ilegal, crimes ambientais e outros, bem como os riscos inerentes às ameaças enquadradas como terrorismo, demandam a presença estatal nos mares. Por isso o Poder Naval brasileiro deve dispor de meios capazes de atuar na neutralização dessas ações nas AJB oceânicas, bem como em outras áreas de interesse, sendo também capaz de manter a segurança das LCM. O cumprimento desse conjunto de atribuições se dará pelas Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN)⁵²: Controle de Área Marítima; Negação do Uso do Mar; Projeção de Poder sobre Terra; e Contribuição para a Dissuasão. O monitoramento do mar, inclusive a partir do espaço, deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais (BRASIL, 2016a).

⁵² Conforme detalhadas no APÊNDICE A, p. 120.

Ainda segundo Brasil (2016a), as TBPN terão por foco defender as plataformas petrolíferas, as instalações navais e portuárias, os arquipélagos e as ilhas oceânicas nas AJB e responder prontamente a qualquer ameaça às vias marítimas de comércio, sendo que duas áreas do litoral demandam atenção especial: o trecho que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. As versões da END de 2008 e de 2012 traziam, no âmbito das diretrizes para a MB, o conceito da defesa proativa das plataformas petrolíferas e demais estruturas críticas litorâneas envolvendo um grau de prontidão e reação maior que em outras áreas, o que demandaria capacidades específicas. Esse conceito foi retirado da END 2016, em vigor, apesar de no documento constar a já citada capacidade de “pronta resposta”, sem, no entanto, especificar em que área especificamente ela seria aplicada. O mesmo contexto apresentado neste parágrafo é o encontrado no Plano Estratégico da Marinha (PEM) em vigor, editado em 2017 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012; BRASIL, 2017c).

A END define que os propósitos enumerados na missão da MB serão alcançados por meio das TBPN. Determina uma certa escala de priorização entre as porções marítimas do entorno estratégico do Brasil. Contudo, não há uma descrição de quais estratégias, operações ou ações serão utilizadas em cada espaço de atuação, deixando vaga a ideia da área e da dimensão para cada variação de emprego do Poder Naval. Permanecem indefinidas as formas de atuação desse Poder Naval, num cenário de Operações Conjuntas, conforme a própria END determina como método prioritário de emprego das FFAA a fim de orientar o preparo e o planejamento das demais. Além disso, como observado por Fernandes (2015), na forma como está expressa a atuação da MB, por meio do enunciado das TBPN, não fica estabelecido um vínculo claro entre estas e cada um dos interesses marítimos nacionais, de forma a explicitar o que se está entregando à sociedade.

Há mais de quarenta anos Flores e Vidigal (1976) já apontavam que o desenvolvimento brasileiro se concentrava ao longo da costa, situação que perdura e que torna o País, em qualquer situação de conflito, extremamente vulnerável às ameaças vindas do mar. A exploração de petróleo na PC veio aumentar essa vulnerabilidade criando alvos de grande significado econômico, de difícil proteção e cuja destruição teria grande efeito moral e econômico. Por esses motivos consideravam que a defesa do litoral despontaria como tarefa prioritária para a MB, incluindo a proteção de todas as instalações marítimas, bem como os alvos não essencialmente marítimos mas que podem ser alcançados pelo mar. Ressaltavam que o Brasil não precisaria de meios para a defesa simultânea de todo o litoral, mas contra, pelo menos, ameaças simultâneas ao Sul/Sudeste e ao Norte. Essa análise continua perfeitamente atual, como mostra Judice (2018), numa amplitude maior do que somente o litoral ao incluir os ativos marí-

timos de petróleo e gás como elementos majoritários da Economia Azul⁵³ brasileira e sua vulnerabilidade às tradicionais ameaças estatais e às novas, não estatais.

As duas análises, separadas por quatro décadas, também se alinham no pensamento de que a proteção de todo esse patrimônio, hoje conjugado sob o conceito da Amazônia Azul, deveria ser feita pela atuação do Poder Naval, incluindo a utilização conjunta de meios navais, aéreos e submarinos alicerçados numa robusta capacidade de monitoramento eletromagnético, acústico e de outros espectros que sejam úteis ao controle e ao acompanhamento dos contatos de interesse.

No que tange à segurança das LCM, de reconhecida importância e valor, Judice (2018) aponta que a globalização ocorrida no século XX e a consequente internacionalização das frotas de navios mercantes, das cargas, dos seguros e das bandeiras entre os Estados dificultam o isolamento do interesse de um único ator a ponto de colocar em risco um sistema com consequências para todos, diminuindo (mas não excluindo) a probabilidade das LCM como objetivo militar amplo. Flores e Vidigal (1976), no mesmo diapasão, consideravam que numa guerra regional, limitada e rápida, as LCM junto ao litoral, que operam na cabotagem, seriam os objetivos mais sensíveis e importantes. Por elas circula o petróleo extraído dos campos oceânicos e transportado para as refinarias, sendo responsáveis, ainda, pela distribuição de derivados ao longo do litoral e pela circulação de trigo, sal e outros granéis, oferecendo uma concentração rentável para o ataque inimigo.

No campo tecnológico defesa e desenvolvimento estão conectados. Uma das formas de materialização dessa ligação é o impulso científico que as necessidades militares proporcionam à sociedade, inclusive com o surgimento de novas tecnologias e processos que podem, também, ser utilizados em aplicações civis. O APÊNDICE D apresenta aspectos relevantes sobre a forma como a capacitação e o desenvolvimento tecnológico militar estão explicitados nos documentos condicionantes da defesa brasileira, acerca dos quais seguem as principais constatações.

⁵³ Vide GLOSSÁRIO, p. 101.

A PND orienta a promover a autonomia produtiva e tecnológica do País na área de defesa, sobretudo no que diz respeito às tecnologias críticas, referindo-se adicionalmente, à qualificação do capital humano assim como ao desenvolvimento da BID e de produtos de emprego dual (civil e militar). Por sua vez, a END determina o fortalecimento da área de Ciência, Tecnologia de Defesa e Inovação (CT&I) visando ao seu desenvolvimento e solidez e promovendo a absorção, por parte da cadeia produtiva, de conhecimentos indispensáveis à redução gradativa da dependência de tecnologia externa. Os projetos de pesquisa devem ser preferencialmente conduzidos em conjunto pelas instituições de tecnologia das três Forças singulares. Desde as suas primeiras versões a END introduziu o conceito dos Projetos Estratégicos⁵⁴ das FFAA, iniciativas prioritárias que contariam com aportes financeiros para sua execução continuada. Contudo, constata-se que os Projetos Estratégicos atuais na sua maioria já estavam em andamento, no âmbito das respectivas Forças singulares, quando da primeira edição da END, denotando que não foram concebidos dentro do conceito de uma estratégia de emprego conjunto das FFAA.

O próximo capítulo relacionará os aspectos relevantes de Brasil e China por meio de um paralelo entre os dois países, apontando semelhanças e diferenças e deduzindo as lições para a MB.

5 LIÇÕES PARA A MARINHA DO BRASIL

5.1 Brasil e China – Um Paralelo

Brasil e China são dois Estados, numa primeira abordagem, completamente diferentes entre si. Separados por um hemisfério terrestre, povoados por sociedades de culturas distintas uma da outra e com histórias (a da China muito mais longeva) que trilharam caminhos completamente distantes, não possuem à primeira vista muito em comum. Contudo, sob certos pontos de vista surpreendentes semelhanças saltam aos olhos quando se colocam, lado a lado, as informações pertinentes apresentadas nos dois capítulos anteriores e permeadas pelo referencial teórico apropriado.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>. Acesso em: 18 jul. 2019.

5.1.1 A “grande estratégia”

Partindo-se do princípio de que a “grande estratégia” se refere à estratégia nacional no mais alto nível, materializada nas decisões de como empregar as expressões do Poder Nacional em prol dos Objetivos Nacionais do Estado, Brasil e China apresentam semelhanças na forma como lidaram com a polaridade entre suas respectivas continentalidade e maritimidade e como inseriram o uso do mar, em maior ou menor grau, como fator de desenvolvimento econômico e de defesa.

Ambos os países apresentam três dos fatores ou “fontes” apontadas por Mahan como características dos Estados que bem desenvolveram seu Poder Marítimo: a “posição geográfica”, as “características físicas” e a “extensão do território”, particularmente do litoral.

Quanto ao “caráter do povo” suas populações trilharam caminhos diferentes, mas que as levaram a posicionamentos semelhantes em relação ao mar: a chinesa nasceu numa planície interior, migrou em direção ao litoral pelas bacias hidrográficas e concentrou-se na faixa costeira, entre as cadeias montanhosas e o mar; a do Brasil, como conhecida, nasceu do mar, fixou-se inicialmente no litoral e, a partir dele, explorou o interior buscando riquezas minerais e expandindo a agricultura e a pecuária. Contudo, permaneceu majoritariamente no litoral onde se desenvolveu, com o interior ainda apresentando enormes vazios demográficos. Em ambos os casos as respectivas sociedades mantiveram-se concentradas junto ao litoral, mas por muito tempo “de costas para o mar”.

Nesse contexto foi decisivo o “caráter do governo”, que por meio das suas posições orientou as políticas de desenvolvimento de cada um dos países, de certa forma mantendo ambos desconectados do mar. A China, mesmo tendo vivido uma época áurea de comércio marítimo nos tempos do Almirante Zheng He (séc. XV), historicamente ameaçada pelas suas fronteiras terrestres, optou por negligenciar o Poder Marítimo em proveito da vigilância e da defesa continental. O Brasil, em que pese uma história de resoluções negociadas das questões fronteiriças e da ocorrência concreta de ameaças provenientes do mar (principalmente de franceses e de holandeses), optou pelo continentalismo, primeiramente pela busca de riquezas no interior e, posteriormente, pela necessidade de povoamento e integração territorial, impulsionado pela visão geopolítica terrestre que predominou no País no século XX, com forte influência nas decisões governamentais.

Contudo, foi esse mesmo “caráter do governo” o responsável pela percepção, a partir da década de 1980, de que a planejada expansão econômica chinesa passaria obrigatoriamente pelo desenvolvimento do Poder Marítimo e, arrastado por este, do Poder Naval; e pela sua inclusão na cadeia produtiva do país naquilo que Mahan chamava de ciclo virtuoso, materializado na trindade comércio, vontade política e Poder Militar. Ainda na administração de Dèng Xiǎopíng, no início da década de 1980, a

China incluiu o setor de defesa e os elementos do Poder Marítimo entre os tópicos centrais da estratégia de desenvolvimento nacional.

Como visto, a “guinada para o mar” da China se deu pelos imperativos geopolítico e econômico. O geopolítico, expresso pela meta de tornar a ocupar um espaço hegemônico regional ou mesmo de destaque global, apagando de vez as marcas do “Século da Humilhação” e reincorporando a província de Taiwan, uma das derradeiras lembranças desse período. Em última instância, o imperativo geopolítico gira em torno da disputa pelo Poder e, nesse contexto, a China tem expandido sua influência nos oceanos Pacífico oeste e Índico, pelo exercício de um *soft power* de características marcadamente econômicas, que lhe está rendendo posições estratégicas importantes, na forma de acesso e uso de portos e bases de apoio. Além do seu natural peso geopolítico por ser uma potência nuclear e membro do Conselho de Segurança da ONU, a China tem procurado harmonizar sua presença nos fóruns regionais (a exemplo da sua participação na Associação das Nações do Sudeste Asiático⁵⁵ - ASEAN+3) intensificando a integração com os atores do entorno estratégico.

Já o imperativo econômico está associado ao projeto de bem-estar e prosperidade da sociedade chinesa que, com o desenvolvimento econômico e tecnológico, tirou milhões de pessoas da linha de pobreza. À medida que as condições sociais da população foram melhorando, a demanda energética e alimentar do país alcançou patamares somente sustentáveis por meio do comércio exterior, predominantemente marítimo, pelo qual a China recebe toda a sorte de matérias-primas, recursos minerais e energéticos e alimentos. Fruto dessa busca incessante pela segurança alimentar e energética, o comércio marítimo tornou-se uma grande vulnerabilidade estratégica, decorrendo daí a prioridade chinesa à garantia das LCM, seja onde for que elas estejam localizadas.

Ao mesmo tempo em que representa uma vulnerabilidade, a China transformou esse mesmo comércio marítimo em oportunidade ao incluir toda a cadeia produtiva dessa atividade como geradora de emprego e renda. Assim, a marinha mercante, as atividades portuárias e a construção naval do país, além de componentes estratégicos, são verdadeiros ativos econômicos.

⁵⁵ Vide GLOSSÁRIO, p. 99.

A reboque do desenvolvimento econômico intimamente conectado ao Poder Marítimo a China foi gradativamente moldando seu Poder Militar, num sólido processo de estímulo à ciência e à tecnologia, fomentando uma BID independente que pudesse lhe proporcionar as capacidades militares certas nos momentos que se fizeram necessárias. À medida que “maritimizava” a economia e expandia seus interesses nacionais para o mar pendia a balança cada vez mais para o crescimento do Poder Naval, movimento que prevalece até os dias de hoje. A China caminha para um equilíbrio cada vez mais sustentável entre os antagonismos da continentalidade e da maritimidade.

Nesse diapasão constata-se que os líderes chineses (o “caráter do governo”) conseguiram aproveitar a confiança da sociedade nesse modelo de prosperidade como impulso para o desenvolvimento do país e materializaram isso na forma de um planejamento de longo prazo que contempla um rigoroso alinhamento entre as expressões do Poder Nacional.

Quando se olha o Brasil sob esse mesmo enfoque observa-se que parcela da sociedade (“o caráter do povo”) ainda enxerga o mar apenas de forma lúdica, desprezando os seus atributos como fonte de recursos naturais, meio de transporte, caminho para a busca e disseminação de conhecimentos e informações e fonte de domínio entre nações, como apontado por Till (2007). Esse “desprezo” se reflete no valor atribuído pelo Poder Político ao tema com consequências sobre a formulação das políticas públicas e das estratégias do País, caracterizado pela deficiência ou pela ausência destas.

O Brasil possui uma Política Marítima Nacional (PMN) datada de 1994 que tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades marítimas do País de forma integrada e harmônica. Possui, ainda, uma Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) datada de 2005, cuja finalidade é a de orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do MT, ZEE e PC, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País (BRASIL, 1994; BRASIL, 2005).

Em que pese a aparente coerência e alinhamento de tais documentos, os resultados práticos têm sido abaixo do potencial, conforme exposto no Seminário “Reflexões sobre as Políticas Nacionais Relacionadas ao Mar”⁵⁶. Na ocasião a apresentação do relatório “Elementos para a Formulação de Políticas Públicas Voltadas ao Mar” pela pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ, Maria Tereza Leopardi Mello (informação verbal), concluiu que, em contraste com as políticas marítimas concebidas pelas grandes potências, as do Brasil estão pulverizadas e carecem de uma visão de futuro, sendo caracterizadas: por uma fraca consciência sobre a importância do mar na sociedade; pela falta de articulação entre os diversos interesses e setores; pela falta de vinculação de recursos para financiar as ações da política marítima; pelo pouco conhecimento sobre as reais potencialidades do mar; pela falta da definição clara dos objetivos específicos e do estabelecimento de prioridades; e pela falta de planejamento do uso dos espaços marítimos.

No que se refere à configuração e à capacitação do setor de defesa do Brasil, com a edição dos documentos PND, END e LBDN foram configurados esforços no sentido da evolução de uma realidade histórica onde cada Força Armada tinha suas próprias prioridades e estratégias, para um alinhamento entre os Objetivos Nacionais e as capacidades militares decorrentes e, daí, priorizar os projetos estratégicos que orientarão o desenvolvimento da BID brasileira. Esse processo ainda é embrionário e somente o tempo dirá se o caminho está sendo trilhado com eficácia.

As constatações dos parágrafos anteriores são explicitadas quando se analisa a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) editada em 2018, estratégia governamental brasileira de mais alto nível cujo propósito é o de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos de planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado para o período de 2020 a 2031. Na referida estratégia não se encontra nenhuma referência ao uso do mar como “motor” econômico ou como um multiplicador associado ao desenvolvimento, ou, conforme definiu Till (2007), ao uso do Poder Marítimo na sua essência, como um elemento de saída para a sociedade, através do que se pode fazer a partir do mar. Do mesmo modo o setor de defesa não aparece como elemento de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, como o é na maioria das economias desenvolvidas (BRASIL, 2018; TILL, 2007).

⁵⁶ Organizado e realizado pelo Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola de Guerra Naval (CEPE-EGN), em 29 mar. 2019.

Assim, se a China ao longo de quatro décadas inseriu o uso do mar como um “motor” econômico, integrado às expressões do Poder Nacional e alinhado à estratégia de desenvolvimento, o Brasil ainda o encara como um meio, no máximo uma “engrenagem”, do seu Poder Econômico.

Nesse contexto de relativa “apatia” na relação com o mar o Brasil está deixando de projetar o seu natural peso geopolítico no entorno estratégico, mesmo participando com certa timidez de arranjos de influência e integração, como a ZOPACAS, e a CPLP, e das ações bilaterais em Cabo Verde e na Namíbia. Conseqüentemente, atores externos, destacadamente a própria China, têm ocupado espaços de interesse brasileiro, como em Angola, Moçambique e na própria Namíbia.

Contudo, apesar de o Brasil não vivenciar as questões de segurança alimentar e energética presentes na China nem ter ainda integrado o uso do mar na sua estratégia de desenvolvimento, a própria dimensão das estruturas críticas litorâneas, o sistema produtivo de petróleo e gás e seu peso na economia nacional e a dependência das LCM para a manutenção do fluxo de mercadorias são, por si só, suficientes para colocar o mar, o que se faz nele e o que se pode fazer a partir dele como elementos prioritários a serem defendidos, coadunando com Barbosa Junior (2012), quando ele aponta que o espaço oceanopolítico⁵⁷ do Brasil, com dimensões superiores ao oceano Atlântico Sul, representa a “sobrevivência” e a “prosperidade” do Brasil. “Sobrevivência” porque pelo mar são recebidos os produtos e realizados serviços vitais para o fortalecimento do Poder Nacional e para a neutralização das vulnerabilidades estratégicas com maior capacidade de impacto na segurança e na defesa nacionais. “Prosperidade” porque é a partir do mar que são enviados produtos necessários para a obtenção dos recursos financeiros, que são fundamentais para o desenvolvimento nacional.

5.1.2 A “pequena estratégia”

Brasil e China possuem oficialmente posturas estratégicas de defesa declaradamente defensivas, não intervencionistas e de caráter cooperativo, conforme explicitadas nos seus respectivos documentos condicionantes.

Ambos os países têm suas questões fronteiriças terrestres estabilizadas, em que pese a China ainda manifestar preocupação com movimentos separatistas na fronteira com o Tibete e o Turquistão, a questão da independência de Taiwan e pendências não resolvidas com a Índia em dois locais (*Aksai Chin* e *Arunachal Pradesh*). A China deixa claro que considera importante aproveitar essa estabilidade para desenvolver-se econômica e militarmente (CHINA, 2015a; CHINA, 2019).

⁵⁷ Vide GLOSSÁRIO, p. 102.

Nesse contexto os chineses reconhecem que suas vulnerabilidades estão concentradas no mar e a partir dele, em função da localização litorânea das suas estruturas críticas, da dependência das LCM, bem como pelas ameaças militares que do mar poderão advir, nomeadamente os EUA e aliados (principalmente Japão e Coreia do Sul). De certa forma, o fato de apontar nominalmente seus potenciais adversários permite aos chineses definir mais precisamente quais estratégias e capacidades são adequadas ao seu projeto de defesa. Essa percepção da ameaça marítima tem, inclusive, determinado mudanças históricas no balanceamento das FFAA, com a redução do efetivo e da influência do EPL, o aumento de efetivos e investimentos na MEPL e a criação de novos arranjos na estrutura de Comando (CHINA, 2015b; CHINA, 2019).

O Brasil, por sua vez, não atribui nomes às ameaças, definindo estratégias e capacidades de acordo com os objetivos a serem protegidos, e essa metodologia é explicitada no trabalho atualmente em andamento no âmbito do EMCFA de estabelecimento do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). A exemplo da China, as vulnerabilidades do País estão associadas ao mar também na forma de estruturas críticas, ativos econômicos e LCM. As fronteiras terrestres, a oeste, não representam ameaças à defesa do País e sim à segurança, na medida em que são portas de entrada das ações criminosas transnacionais (tráfico de drogas, contrabando de armas etc.). Desde 2011 as FFAA têm sido empregadas de forma conjunta no combate às ações criminosas na fronteira por meio das “Operações Ágata”⁵⁸, coordenadas pelo EMCFA. A sobrevivência do Brasil, como Estado, somente estaria em jogo a partir de ameaças vindas da fronteira leste, a marítima, de acordo com o Professor Doutor Francisco Carlos Teixeira da Silva⁵⁹ (informação verbal), posição corroborada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República⁶⁰ (informação verbal).

⁵⁸ Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/index.php/exercicios-e-operacoes/63-operacoes-conjuntas-1/72-operacao-agata>. Acesso em: 31 jul. 2019.

⁵⁹ Em apresentação ao CSD, na ESG, em 27 jun. 2019, por ocasião do Seminário de Geopolítica dos Recursos Minerais.

⁶⁰ Em apresentação ao CSD, no GSI, em 13 maio 2019, por ocasião da Viagem de Estudos à cidade de Brasília-DF.

A China, historicamente, tem encarado os espaços marítimos limitados pela Primeira Cadeia de Ilhas e, posteriormente, pela Segunda Cadeia de Ilhas como constrangimentos geográficos e marcos a serem sobrepujados, de onde inimigos poderiam lançar-se sobre seu litoral e onde estão localizadas suas principais reivindicações territoriais marítimas. Assim, mitigar essa vulnerabilidade e transformá-la em vantagem tem feito parte da ENC por décadas. A partir do planejamento lançado na década de 1980 pelo Almirante Liu Huaqing a MEPL foi evoluindo a estratégia de emprego do Poder Naval em etapas, marcadas pela paulatina ampliação da sua área e dimensão de atuação e, ao mesmo tempo, pela incorporação de capacidades tecnológicas associadas a cada novo espaço de operação. Essa evolução acompanhou de perto o desenvolvimento econômico do país à medida que eram expandidas as fronteiras de atuação e influência chinesas. As respectivas estratégias eram (e continuam sendo) expressas na forma de seus efeitos desejados, das características das ações e da área e dimensão de atuação, facilitando seu entendimento pela sociedade.

A China estabeleceu um complexo sistema defensivo nos mares do Leste e do Sul da China cujo objetivo operacional é o de impedir uma aproximação de forças hostis, atacando-as longe do litoral (antiacesso) ou, se isso falhar ou se as forças hostis já estiverem dentro de um alcance que lhes permita atacar a China, tentar negar-lhes liberdade de ação operacional e tática (negação de área). Esse sistema é baseado numa robusta capacidade de C4ISR (estruturada principalmente em satélites, radares OTH, aviação de patrulha e VANT), aviação de combate baseada em terra, mísseis de cruzeiro lançados de terra ou do mar, recursos estes utilizados inclusive a partir de ilhas e recifes artificialmente preparados. O Poder Naval é empregado principalmente por meio de submarinos convencionais no interior da Primeira Cadeia de Ilhas e de submarinos de propulsão nuclear nas áreas exteriores, podendo atuar na retaguarda adversária. A fim de garantir a agilidade no processo decisório e no controle das forças os chineses adotaram, em 2015, uma estrutura de Comandos Conjuntos baseada em Teatros de Operação geograficamente determinados. Essa estratégia tem sua essência no conceito da Defesa Ativa idealizada por Mão Zédōng, hoje consolidada e materializada, no ambiente marítimo pelo que a China chama de *near-seas active defense*. Cabe lembrar que a doutrina da Defesa Ativa se baseia nos conceitos da autodefesa, de que uma força “mais fraca” (no caso a própria China) pode defender-se a partir do contra-ataque e da diversidade de armas e sistemas em operação, atuando de forma coordenada. Na Defesa Ativa, uma estratégia geral de caráter defensivo aceita perfeitamente a hipótese de ações ofensivas nos níveis operacional e tático.

A consolidação da ENC de defesa continental *near-seas active defense* permitiu, ainda, que as unidades navais da sua Esquadra se lançassem ao mar em missões cada vez mais distantes, liberando-as para o cumprimento de tarefas relacionadas à diplomacia naval e à ajuda humanitária, ao mesmo tempo em que vêm se capacitando a proteger os interesses chineses, principalmente as LCM, em qualquer lugar do mundo, materializando a outra vertente da ENC, a *far-seas protection*, razão para a crescente preocupação da China em obter posições estratégicas, em especial nos oceanos Pacífico ocidental e Índico, na forma de bases e portos de apoio.

O Brasil não possui seu litoral submetido a constrangimentos geográficos na forma daqueles percebidos pela China nem reivindicações territoriais marítimas, pleiteando apenas soberania relativa sobre regiões da PC, conforme as requisições apresentadas à Comissão de Limites da Plataforma Continental⁶¹ (CLPC) da ONU. Quando muito tem a presença estrangeira (principalmente do Reino Unido) nas ilhas que compõem a cadeia mesoatlântica. Defronte aos portos e bases navais brasileiras descortina-se todo um oceano, proporcionando liberdade de manobra para quem se afasta do litoral ou dele se aproxima. Se isso representa uma vantagem para as forças navais do Brasil em contrapartida também é uma vulnerabilidade, pois permite a aproximação de forças hostis de qualquer direção diferentemente da China, que tem pontos focais e estreitos no seu entorno estratégico que limitam as opções de saída e chegada. Certamente essa característica aumenta, ao mesmo tempo, a necessidade e a dificuldade no estabelecimento de um sistema de vigilância e monitoramento nas AJB. Se as LCM chinesas podem ser bloqueadas ou hostilizadas naqueles pontos focais as do Brasil também o poderiam, diretamente na saída e na entrada dos portos.

⁶¹ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

As estruturas críticas e importantes ativos econômicos do Brasil estão próximos do mar ou nele localizados. A sua “cadeia de ilhas” é representada pelos “arquipélagos” de plataformas de exploração de petróleo e gás. Não à toa os documentos condicionantes brasileiros apontam as regiões do litoral das cidades de Santos a Vitória e da foz do rio Amazonas como prioridades na estratégia defensiva, além de outros interesses marítimos como as ilhas oceânicas e as LCM. Porém, a Estratégia Naval brasileira é explicitada de forma relativamente vaga, expressa pelo cumprimento das TBPN sem a manifestação de “o que fazer” e “onde fazer”, tendo, inclusive, a priorização da tarefa básica de Negação do Uso do Mar, presente nas versões da END de 2008 e 2012, sido suprimida da atual versão. No que diz respeito à necessária capacitação tecnológica o País dá os primeiros passos no sentido de articular as necessidades de desenvolvimento de equipamentos e sistemas de forma alinhada com as capacidades militares desejáveis, fato latente quando se observa que os principais Projetos Estratégicos de equipamentos das FFAA já estavam concebidos por ocasião da primeira versão da END, quando se começou a considerar a coordenação nos esforços de desenvolvimento tecnológico militar (BRASIL, 2008; BRASIL, 2012; BRASIL, 2016a).

Em que pese a declarada priorização do emprego conjunto das FFAA por meio de Comandos Conjuntos estes somente seriam ativados em situações de crise ou conflito, sendo empregados a partir de planos predefinidos a partir das Hipóteses de Emprego. Considerando que as plataformas de exploração marítimas estão permanentemente em funcionamento, juntamente com todo o sistema de escoamento e distribuição de produtos e derivados por meio da cabotagem, esse complexo e vital sistema necessita de constante monitoramento e estratégias de defesa, independentemente se em tempo de paz, crise ou conflito armado (BRASIL, 2010; BRASIL, 2011b; JUDICE, 2015; JUDICE 2018).

Por fim, a exemplo da China a proteção dos interesses brasileiros no exterior, particularmente das LCM que atendem ao País, ganha cada vez mais importância à medida que a economia do País se internacionaliza e conquista novos mercados. Nesse contexto o Poder Naval do Brasil precisa estar capacitado a operar onde se fizer necessário, inclusive integrando coalizões internacionais. Para isso a disponibilidade de posições estratégicas de apoio, no exterior, reveste-se de capital importância, e elas poderão ser obtidas nos tempos modernos não colonialistas por meio de *soft power* e cooperação.

5.2 As Lições

Lições podem ser deduzidas a partir do paralelo apresentado no item anterior. A fim de se manter a mesma linha de pensamento utilizada na pesquisa tais lições são mais bem explicitadas se agrupadas pela forma como se relacionam com a “grande estratégia” e a “pequena estratégia”.

No âmbito da “grande estratégia” foi visto o desequilíbrio, ainda presente no Brasil, entre os antagonismos da continentalidade e da maritimidade. A massa continental do País “arrasta” consigo a percepção da sociedade (o “caráter do povo”) e de seus representantes (o “caráter do governo”), provocando aquilo que Speller (2019) chamou de “cegueira marítima” ou a inabilidade para compreender o mar ou reconhecer sua importância para o bem-estar nacional e internacional. Os reflexos desse comportamento são materializados no desperdício de oportunidades de se fazer do mar mais um dos “motores” de desenvolvimento, indo além da sua utilização apenas como meio ou como ambiente. Bueguer e Edmunds (2017) apontaram que essa “cegueira marítima” torna árdua a batalha para ganhar a atenção política e os recursos que permitam rever políticas de defesa e segurança marítimas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de capacidades militares.

Em face do exposto faz-se mister incutir na sociedade brasileira uma “mentalidade marítima”, sendo essa inclusive uma das atribuições subsidiárias da MB quando lhe é imputada a tarefa de “contribuir para a formulação e a condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar”. Com esse propósito, desde o ano de 2010 a instituição conduz o “Programa de Mentalidade Marítima”⁶². Uma recente iniciativa foi a edição pela Marinha em 2019 da primeira versão da Política Naval, documento que visa orientar o seu planejamento estratégico por meio do estabelecimento de “Objetivos Navais” de alto nível, entre os quais se destaca o de “fomentar e orientar a mentalidade marítima e o desenvolvimento das atividades marítimas no Brasil”. A MB tem, ainda, disparado campanhas informativas sobre o conceito da Economia Azul por meio dos seus canais de comunicação social, fomentando a formação de *clusters*⁶³ marítimos para estimular a expansão coordenada das atividades produtivas derivadas do uso do mar (BRASIL, 2010; BRASIL, 2019b).

⁶² Sob responsabilidade da Secretaria Interministerial para o Recursos do Mar (SECIRM) da MB. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/promar>. Acesso em: 21 ago. 2019.

⁶³ Vide GLOSSÁRIO, p. 100.

Contudo, na visão deste autor o alinhamento do nível político, em todas as suas expressões, em torno do desenvolvimento da mentalidade marítima e, conseqüentemente, o efetivo início do processo de integração do ciclo virtuoso proporcionado pelo Poder Marítimo (a exemplo do ocorrido na China) necessariamente passará pela revisão ou unificação das políticas públicas de alto nível, como a PMN e a PNRM, e pela inclusão do conceito na estratégia de desenvolvimento nacional, no caso, por meio da ENDES. Tais atitudes, a serem perseguidas pela MB quando da assessoria às demais esferas do governo, permitirão que os diversos setores da sociedade tenham uma visão coordenada dos esforços a serem empreendidos e dos benefícios esperados, dentro do contexto de um planejamento perene e de longo prazo.

O mesmo raciocínio dos dois parágrafos anteriores pode ser aplicado na questão da capacitação tecnológica e do fomento da BID com o reconhecido arrasto que proporciona aos demais setores econômicos e sociais, principalmente em função da dualidade de muitas das tecnologias envolvidas. A promoção da autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa é um dos Objetivos Nacionais de Defesa (o de número sete), constante na PND (BRASIL, 2016c).

O conceito da defesa como elemento de desenvolvimento nacional precisa ser mais bem percebido pela sociedade. Para isso iniciativas nessa direção devem ser incentivadas, e seria importante que a MB agisse, junto ao MD no sentido de que tais ações também sejam integradas à ENDES como um de seus eixos estruturantes, a exemplo do que foi realizado pela China ainda na década de 1980. Cabe ressaltar que a priorização das tecnologias a serem desenvolvidas necessita ser feita de acordo com um planejamento estratégico de longo prazo, para que se tenha um crescimento útil das capacidades militares associadas e um aproveitamento racional dos recursos financeiros aplicados.

Ainda na esfera da “grande estratégia”, mas saindo do campo do imperativo econômico e entrando no geopolítico, seria importante que o Brasil intensificasse sua natural influência sobre os demais Estados do entorno estratégico por meio do *soft power* proporcionado pela cooperação econômica e militar. Na visão deste autor, países da costa oeste e leste africana, principalmente aqueles onde os laços do idioma se fazem presentes (Angola, Cabo Verde e Moçambique) ou onde a MB já tem estabelecidos firmes mecanismos de cooperação (Cabo Verde e Namíbia) constituem promissoras posições estratégicas, algumas inclusive próximas a importantes pontos focais para as LCM brasileiras, como o saliente oeste africano (proximidades de *Dakar*, no Senegal) e a rota do Cabo da Boa Esperança, defronte à África do Sul.

Assim, a construção de um alinhamento entre as forças políticas e a sociedade do País, que inclua o Poder Marítimo e o setor de defesa como perceptíveis elementos de desenvolvimento econômico e social, provavelmente possibilitará um aporte de recursos para a capacitação

do Poder Militar e, particularmente, do Poder Naval brasileiro decorrente do sentimento de que os ativos nacionais ligados ao mar precisam ser eficazmente defendidos, já que representam a “sobrevivência” e a “prosperidade” do Brasil. Como disse o Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva⁶⁴, citado por Albuquerque e Silva (2006, p. 12), “não compreendo defender-se um mar que não se use”. A recíproca é verdadeira: muito dificilmente se conseguirá usar um mar sem defendê-lo devidamente.

Como visto, o Brasil depende de forma capital das estruturas críticas e ativos econômicos associados ao mar, patrimônio vulnerável em tempos de paz, crise ou conflito armado. Na fronteira marítima é onde provavelmente se apresentarão as ameaças, estatais ou não, que podem impactar na sobrevivência e na prosperidade do País. Daí a necessidade de sua permanente vigilância e proteção que deve nortear o estabelecimento da “pequena estratégia”, sendo que a oportunidade do tempo não pode ser desperdiçada. Como bem apontado pela China nos seus últimos *White Papers*, a “janela de tranquilidade” propiciada pela estabilidade regional deve ser aproveitada para o desenvolvimento econômico, social e militar de forma coordenada entre si.

É importante que sejam estabelecidas as prioridades entre os objetivos estratégicos e, a partir destas, a abordagem a ser adotada sobre cada um deles. A MB, então, poderia ter melhores condições de adotar um planejamento de longo prazo, preferencialmente faseado, que determinasse as capacidades militares, inclusive as conjuntas com as demais FFAA, a ser alcançadas em cada etapa de forma a acompanhar os esperados desenvolvimento econômico e crescimento do Poder Marítimo nacionais. As estratégias planejadas seriam preferencialmente expressas na forma de seus efeitos desejados, explicitando-se “o que fazer” e “onde fazer” como forma de torná-las mais compreensíveis à sociedade, o que contribuiria para o entendimento por todos da sua importância para o País.

Este autor concorda com o posicionamento de Judice (2015) de que no caso específico daquelas áreas marítimas de caráter vital é importante a adoção de uma estratégia que permita uma constante vigilância e monitoramento, uma presença estatal dissuasória e uma capacidade tempestiva de ação, quando necessária. Tais requisitos poderão não ser atendidos com a agilidade e a prontidão esperadas a partir das estruturas disponíveis atualmente e dos planejamentos preconcebidos a partir das Hipóteses de Emprego, em função da perenidade e da diversidade de ameaças que podem se apresentar frente àqueles objetivos estratégicos. Esses requisitos se coadunam com o conceito de uma defesa proativa e, de forma oportuna e promissora, estão contemplados na minuta do novo PEM atualmente em tramitação para ser aprovado, representando, na visão deste autor, um grande avanço (BRASIL, 2019a).

⁶⁴ O Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva (1919-1983) foi o idealizador do Projeto Cabo Frio, embrião do instituto de pesquisas marinhas da MB que leva o seu nome. Dedicou sua carreira à pesquisa dos oceanos. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ieapm/historico>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Contudo, partindo-se da premissa de que a ENB evolua para um grau de interoperabilidade que envolva ativamente as outras FFAA, de forma coordenada, na defesa das AJB e demais interesses marítimos, uma questão a ser mais bem estudada é se as estruturas de Comando e Controle atendem, da forma como estão hoje concebidas, aos requisitos de agilidade no ciclo decisório e se, a exemplo da China, o melhor caminho seria a ativação de um ou mais Comandos Conjuntos permanentes no nível operacional.

Na visão deste autor diversos fatores indicam que o momento atual é oportuno para o debate supracitado, na medida em que se encontra em andamento o PBC no âmbito do EMCFA e que diversos Projetos Estratégicos⁶⁵ das FFAA estão tendo definidos os seus subsistemas, principalmente sensores e sistemas de armas. Assim, é uma oportunidade para que a MB influencie, por meio de sua assessoria, a configuração de sistemas como a aeronave de combate *Gripen*, as capacidades satelitais do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), as baterias de lançadores Astros e mísseis de cruzeiro (e suas possíveis variantes lançadas a partir de aeronaves e plataformas navais), os radares OTH e os VANT. Tais sistemas, juntamente com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), os navios da classe Tamandaré e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAZ) da MB, constituirão a espinha dorsal das capacidades militares do Brasil pelas próximas décadas, e seria de grande importância que fossem integrados no âmbito de uma mesma Estratégia Naval.

Em face do exposto até aqui é possível vislumbrar uma concepção de emprego do Poder Naval brasileiro, a ser estabelecida em etapas e de acordo com as prioridades atribuídas aos objetivos estratégicos, que aproveite princípios da Defesa Ativa e as lições apreendidas da evolução da ENC. Tal Estratégia Naval de caráter geral defensivo mas considerando, também, ações operacionais e táticas ofensivas teria o propósito permanente em tempos de paz, crise ou conflito armado de dissuadir forças hostis e defender os interesses marítimos do Brasil contra ameaças não estatais ou estatais, inclusive “mais fortes”.

⁶⁵ Os Projetos Estratégicos das FFAA brasileiras estão resumidos no APÊNDICE D, p. 185.

Nesse contexto pode-se visualizar uma capacidade de monitoramento e vigilância no entorno estratégico brasileiro configurada em dois níveis, sendo um de caráter colaborativo (a exemplo do que hoje está disponível por meio do Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo - SISTRAM⁶⁶) nas áreas de menor importância estratégica. Nas áreas definidas como vitais (frações de interesse nas AJB) o sistema seria de caráter ativo, por meio da utilização de satélites, aeronaves de patrulha marítima, VANT, navios-patrulha e sensores ativos instalados em terra, nas ilhas oceânicas e em plataformas de exploração, proporcionando uma consciência situacional permanente como elemento de apoio ao processo decisório das ações de defesa.

A referida concepção de emprego proveria tanto a segurança quanto a defesa, inclusive em tempos de paz e contra atores não estatais e de caráter criminoso, estabelecendo uma estratégia “em camadas”. Seria configurada com características reativas nas áreas mais afastadas e de menor prioridade com o intuito de interditar e impedir a aproximação de forças hostis (antiacesso). Nas áreas críticas seria de caráter proativo, a fim de dissuadir ameaças e permitir a sua tempestiva neutralização, inclusive antes que estas atuassem, por meio da intervenção em caso de irregularidades detectadas pelos sistemas de C4ISR. Se a situação evoluir para a crise ou conflito armado submarinos de propulsão nuclear (SSN) seriam utilizados em posições afastadas e na retaguarda das forças agressoras. No interior das áreas críticas a defesa seria provida pela ação conjunta e coordenada de aeronaves de combate baseadas em terra, mísseis de cruzeiro (lançados de baterias móveis em terra, de aeronaves ou de unidades navais), submarinos convencionais (SSK) em Zonas de Patrulha e navios da Esquadra neutralizando as forças agressoras ou negando-lhes a liberdade de manobra para operar naquelas áreas (negação de área), numa concepção geral semelhante, no que for cabível, à estratégia da “maçã assassina” dos chineses, apresentada no capítulo três desta pesquisa. Ressalta-se, uma vez mais, a necessidade de um efetivo e ágil sistema de Comando e Controle para que esse tipo de estratégia seja efetivo, levantando a questão de se avaliar a necessidade do estabelecimento de um Comando Conjunto permanente.

⁶⁶ Vide GLOSSÁRIO, p. 104.

Por fim, unidades da Esquadra, de forma geral, seriam empregadas em tempos de paz nas tradicionais atividades de cooperação, ajuda humanitária e diplomacia naval. Em tempos de crise ou conflito armado efetuariam a proteção das LCM e demais interesses marítimos afastados, apoiando-se logisticamente nas posições estratégicas proporcionadas por portos e bases de marinhas amigas. As TBN de Controle de Área Marítima, de Projeção de Poder sobre Terra e de Negação do Uso do Mar possuem características de mobilidade, podendo ser empregadas em quaisquer das áreas de interesse, sujeitas a algum grau de degradação na capacidade de Comando e Controle ao serem executadas fora das áreas onde a estrutura principal de C4ISR estaria disponível.

É interessante pontuar que a concepção de emprego apresentada não é absolutamente nova. Outros autores chegaram, em maior ou menor grau, a proposições semelhantes percorrendo caminhos de pesquisa diferentes, separadas no tempo por alguns anos, o que, na visão deste autor, vem reforçar a pertinência e o nexos da ideia. Flores e Vidigal (1976) sintetizaram a importância da priorização dos objetivos próximos às áreas litorâneas onde estivessem localizadas as estruturas críticas do País, cuja defesa seria efetuada por meios navais e aeronavais e por aeronaves da Força Aérea baseadas em terra, sendo o Poder Naval empregado prioritariamente na Negação do Uso do Mar em áreas aproximadas e na proteção das LCM em áreas afastadas. Ferreira (2011), em tese que estudou a formulação de novas TBN para o Brasil, vislumbrou a possibilidade do emprego sistemático de “camadas” na Estratégia Naval por meio do conceito *Anti Access/Area Denial*, e Judice (2018) apresentou a necessidade do estabelecimento de uma Estratégia Naval de emprego permanente em tempos de paz, crise ou conflito armado em dois “graus” diferentes de monitoramento e proteção, que propicie vigilância, segurança e defesa constantes às plataformas de exploração de petróleo e gás localizadas nos campos marítimos, a ponto de propor uma nova e adicional TBN para a MB, chamada por aquele autor de “Defesa Proativa das Plataformas”.

A FIG. 36 exemplifica, de forma resumida, o conceito de emprego do Poder Naval constituído por elementos da MB e demais FFAA operando de forma conjunta. Nela, estão representadas: a área pintada na cor vermelha, que engloba um dos trechos do litoral apontados como prioritários na END; o sistema de C4ISR, personificado pelo SisGAAz e sistemas agregados, composto por satélites de comunicação e produção de imagens, aeronaves de patrulha (os círculos de cor preta representam o raio de ação das aeronaves P-3 da FAB), VANT e uma rede de radares além do horizonte (círculos na cor amarela representam a cobertura proporcionada pelos radares tipo OTH 0100 instalados em terra, em plataformas de exploração de petróleo e em ilhas oceânicas); e o sistema de defesa, composto pelos SSN em posições avançadas, capazes de efetuar a interdição afastada de forças hostis, unidades da Esquadra efetuando o Controle de

Área Marítima em áreas limitadas onde se fizer necessário, SSK em Zonas de Patrulha mais próximas do litoral, aeronaves de combate *Gripen* (cujo raio de ação está representado na cor azul) desdobradas em bases aéreas litorâneas, capazes de realizar a interdição marítima empregando mísseis antinavio, e baterias móveis de lançadores Astros com mísseis de cruzeiro AV-MTC (cujo alcance coincide com os círculos amarelos). Como visto anteriormente, todos esses equipamentos e sistemas citados fazem parte de Programas Estratégicos das FFAA ou estão em desenvolvimento na BID do Brasil, representando, na visão deste autor, opções realistas de evolução coordenada entre as FFAA que propiciariam um salto estratégico na capacidade militar do País, desde que integrados num planejamento conjunto.

6 CONCLUSÃO

A história tem mostrado que os Estados que exploraram o mar em todos os seus atributos alcançaram posições de poder e prosperidade. Com o tempo esse conceito se expandiu além do que se faz nos oceanos para aquilo que se pode fazer a partir dos oceanos. Na dimensão da Estratégia Naval os estudiosos ampliaram o escopo de suas teorias, expandindo a ideia do conflito no mar para a possibilidade da luta pelo mar. Nesse contexto as perspectivas indicam o aumento da importância do ambiente marinho neste século XXI decorrente da globalização, do crescimento econômico mundial e do conseqüente incremento das trocas comerciais, além das novas possibilidades de exploração energética, de recursos vivos e dos não vivos. Esses fatores possivelmente aumentarão a insegurança e a instabilidade acerca dos interesses marítimos.

A China, em que pesem sua milenar história de nação continental e seu peso político na segunda metade do século XX (decorrente majoritariamente da capacidade nuclear), só despontou economicamente como ator global nos últimos quarenta anos efetuando uma verdadeira “guinada para o mar”, caracterizada pelo desenvolvimento do Poder Marítimo e do Poder Naval.

Esta Tese propôs, a partir da análise da evolução da ENC nos últimos quarenta anos e da comparação com a ENB e seus documentos condicionantes, deduzir lições e conseqüentes sugestões úteis para a MB. A questão principal foi relacionada às possíveis semelhanças entre Brasil e China conectadas ao tema e como estas levariam a ensinamentos úteis ao aprimoramento da ENB.

Após as considerações introdutórias foi construído o referencial teórico da pesquisa, por meio da investigação bibliográfica e documental de conceitos da Sociologia dos Conflitos, da Geopolítica, da Estratégia e da Estratégia Naval. Aqui, ressalta-se que a “Teoria do Poder Marítimo” de

Mahan se mostrou uma excelente referência para o estudo oferecendo um ponto de vista único, principalmente pelo fato daquele ilustre pensador naval ter conseguido teorizar sobre a Estratégia Marítima e a Naval tanto nos altos níveis político e estratégico quanto no operacional e no tático.

A seguir, foram discutidos aspectos da evolução da ENC nos últimos quarenta anos, analisando-os sob os enfoques da “grande estratégia” e da “pequena estratégia” a partir da sua contextualização histórica, da inserção no entorno estratégico e dos interesses relacionados ao mar. Foi ainda, apresentada a organização atual dos poderes Militar e Naval e como este, particularmente, se encontra empregado na ENC. Na sequência foram identificados e discutidos aspectos da ENB relacionados aos poderes Militar e Naval a partir dos seus documentos condicionantes, não sem antes contextualizá-los na história do País e na sua inserção no entorno estratégico. Em ambas as seções citadas foram apresentados aspectos sobre a capacitação e o desenvolvimento tecnológico militar da China e do Brasil e a respectiva relação destes com a ENC e a ENB. Por fim, no capítulo que precede este conclusivo foi construído um paralelo a partir das constatações e conclusões anteriores, permitindo uma análise comparativa e a dedução das lições de interesse para a MB.

A pesquisa mostrou que, em que pese possuírem histórias e sociedades tão distintas, Brasil e China apresentam semelhanças quanto à influência e ao relacionamento de sua continentalidade e sua maritimidade. O tempo e as circunstâncias distintas fizeram com que ambos concentrassem na faixa litorânea e águas jurisdicionais marítimas a maior parte da população, seus principais ativos econômicos e financeiros e vitais estruturas críticas (de energia, unidades fabris, refinarias etc.), além do sistema que os conecta comercialmente ao resto do mundo (portos, terminais, estaleiros, cabos submarinos de comunicação, rotas marítimas etc.). Ainda assim, sua sociedade e seu Poder Político, por motivações distintas, mantiveram-se por muito tempo alheios às possibilidades de aproveitamento dos mares em proveito das expressões do Poder Nacional. Os dois países também possuem significativas semelhanças em aspectos geográficos e na “estatura” geopolítica e econômica que representam. São países, proporcionalmente, com grandes mercados consumidores, cujas economias dependem sobejamente, por razões distintas, do comércio exterior. Contudo, ambos estão distantes de seus principais mercados externos, o que torna as LCM que os atendem um objetivo estrategicamente relevante.

A China, quarenta anos atrás, iniciou um dinâmico e planejado processo de expansão econômica. Desde o início o Poder Político deixou claro que o desenvolvimento e a prosperidade nacionais passariam, obrigatoriamente, pelo fortalecimento do comércio marítimo. Este somente floresceria com a disponibilidade de um Poder Marítimo e de um Poder Militar proporcionalmente desenvolvidos em todos os seus elementos,

tendo sido incluídos entre os eixos estruturantes da estratégia de desenvolvimento chinesa.

Na mais absoluta essência da “trindade mahaniana” (comércio, vontade política e forças armadas), governo e sociedade, alinhados, perceberam a necessidade de que o Poder Militar e particularmente o Poder Naval fossem gradativamente incrementados, a fim de se contraporem às naturais vulnerabilidades que se apresentariam à medida que a China ampliasse suas demandas energéticas e alimentares e que seus interesses fossem sendo espalhados geograficamente mundo afora. Também contou como elemento impulsionador do desenvolvimento chinês a histórica vontade nacional de recuperar a hegemonia e o poder regionais que o país outrora personificou.

Nesse contexto a ENC foi sendo moldada e adaptada em fases, de acordo com o tamanho da economia e com a extensão geográfica dos interesses a serem protegidos, sempre expressas na forma de seus efeitos desejados, das características das operações e da área e dimensão de atuação, permitindo à sociedade chinesa a percepção do que lhe estava sendo oferecido.

A Estratégia Militar chinesa permaneceu fiel aos princípios da Defesa Ativa, declaradamente defensiva mas caracterizada pela possibilidade do contra-ataque, da ofensiva tática e da ação conjunta das FFAA. Além disso, a capacitação tecnológica necessária a cada fase estratégica foi claramente delineada, permitindo o gradativo desenvolvimento das capacidades militares pertinentes de forma planejada e conjunta. Assim, a China tem mitigado o “constrangimento geográfico” imposto pela Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas e, ao mesmo tempo, empregado suas unidades navais em oceanos cada vez mais distantes, apoiados por uma crescente rede de posições estratégicas.

No que tange à Estratégia Nacional como um todo e às estratégias Militar e Naval em particular, a China é o exemplo de que se pode empregar os conceitos da “Teoria do Poder Marítimo” de Mahan de forma a fazer do ciclo virtuoso do Poder Marítimo também um “motor” da economia e da prosperidade do país e, ao mesmo tempo, empregar as FFAA de acordo com as particularidades inerentes ao entorno estratégico e demais interesses nacionais. Como pontuado por alguns autores, a “lógica” e a “gramática” do Poder Marítimo não estão necessariamente presos um ao outro.

O trabalho realizado não se propôs a determinar como a economia chinesa alcançou o patamar atual, mas constatou, sim, a importância do desenvolvimento do Poder Marítimo no processo, o arrasto que provocou nos poderes Militar e Naval e o grau de interdependência de seus elementos com o atual *status* econômico chinês.

Nesse mesmo contexto o trabalho permitiu concluir que o Brasil tem uma vital dependência econômica e estrutural dos oceanos e que estes constituem uma vulnerabilidade nacional que, por si só, justifica o plane-

jamento e o investimento na defesa. Em que pese muito já ser feito no mar, ainda há espaço para transformá-lo em importantes oportunidades de desenvolvimento. Contudo, essas constatações não estão na percepção da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do Poder Político. Nesse aspecto a MB tem um importante papel no trabalho de expansão da mentalidade marítima nacional e deveria perseguir, como metas junto às demais esferas governamentais, a revisão da PMN e a inclusão dos elementos do Poder Marítimo nas estratégias de desenvolvimento nacional a fim de que ocupem o devido espaço nos planejamentos governamentais de longo prazo.

No que tange à ENB o trabalho apontou a importância da priorização dos objetivos estratégicos marítimos acompanhada da definição das ações a serem realizadas sobre cada um deles, inclusive explicitando como as demais FFAA contribuiriam com o esforço de forma conjunta. A estratégia seria estabelecida em fases, facilitando a definição das capacidades tecnológicas militares a serem alcançadas e a otimização do emprego dos recursos orçamentários, historicamente limitados.

O Brasil se defronta com um “constrangimento geográfico” oposto ao chinês, na medida em que tem diante de si todo o oceano Atlântico Sul, acessível a partir de qualquer ponto do litoral. Ao mesmo tempo possui, em trechos definidos da sua costa e águas jurisdicionais adjacentes, estruturas críticas e ativos econômicos que necessitam de vigilância, segurança e defesa a qualquer tempo, seja na paz, na crise ou no conflito armado, contra ameaças não estatais e estatais. Possui, ainda, interesses marítimos distantes principalmente representados pelas LCM, que necessitam de algum grau de monitoramento e de proteção.

No cenário supracitado vislumbram-se importantes contribuições da ENC para a MB, ao sugerir a construção de uma ENB baseada em camadas com diferentes graus de vigilância e ação. Uma Estratégia Naval que propicie o monitoramento colaborativo de todo o entorno estratégico e o emprego de unidades navais onde se fizerem necessárias, apoiadas em posições estratégicas no exterior. Ao mesmo tempo, essa estratégia teria claros os objetivos e as respectivas áreas marítimas próximas ao litoral a serem monitoradas por sistemas ativos de C4ISR e defendidas de forma proativa pela ação do Poder Naval, tendo sob seu controle o emprego coordenado de unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, aviação de combate baseada em terra e mísseis de cruzeiro lançados de qualquer ambiente.

Ressalta-se, ainda, a importância de que a referida estratégia seja explicitada por seus efeitos desejados a fim de facilitar o entendimento pela sociedade e a gradativa percepção do valor de se integrar, também, o setor de defesa na estratégia de desenvolvimento nacional.

Assim, conclui-se que é perfeitamente factível a dedução de lições úteis à MB a partir da evolução da ENC, conforme expostas nos parágrafos anteriores, a partir de um referencial teórico que proporcionasse

um ponto de vista adequado. Contudo, no decorrer da pesquisa foram encontradas dificuldades, principalmente pela pouca disponibilidade de textos originais de autores e instituições chinesas, ainda que alguns tenham sido utilizados. Para mitigá-las foram incluídos na investigação documentos governamentais da própria China e obras de autores chineses que escrevem para institutos e organizações ocidentais.

O momento atual no Brasil é oportuno para o desenvolvimento do setor de defesa e redefinição das estratégias em função do trabalho em andamento no EMCFA, o PBC. É uma oportunidade de que seja orientada principalmente a configuração final dos Projetos Estratégicos das FFAA, que constituirão a “espinha dorsal” da segurança e da defesa do País nas próximas décadas. Assim, poder-se-á otimizar o aproveitamento dos escassos recursos orçamentários e a utilização dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais disponíveis, além de outros instrumentos do Poder Militar a serem empregados de forma conjunta com a MB por meio de uma ENB aperfeiçoada e que permita entregar os melhores resultados para a sociedade.

A pesquisa deixa, ainda, a sugestão de se realizar estudos adicionais acerca do estabelecimento, nas FFAA do Brasil, de um Comando Conjunto permanente com jurisdição sobre as AJB, a fim de proporcionar a agilidade e a unidade de decisão nas ações de defesa sobre essa vital área para o País.

Os resultados, o aprofundamento e a continuidade da presente pesquisa podem contribuir para orientar a MB sobre os pontos principais da “grande estratégia” e da “pequena estratégia” que devem ser abordados, por ocasião das ações junto às demais esferas governamentais, aproveitando-se as lições deduzidas a partir de exemplos claros de desenvolvimento como os demonstrados pela China.

Na visão deste autor é preciso que o Brasil volte ao mar para nele buscar fontes de progresso, de bem-estar e de segurança, continuando a salvaguardar não apenas a independência política mas a autonomia econômica e o direito de crescer como potência que nasceu de um gesto marítimo e que, no mar, poderá ter o seu desenvolvimento e sua prosperidade.

REFERÊNCIAS

ACKOFF, Russel. **Creating the corporate future: plan or be planned**. New York: John Wiley, 1981.

ALBUQUERQUE, Antonio L. P.; SILVA, Léo F. **Fatos da história naval**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.

ALMEIDA, Francisco Eduardo A. de. Alfred Thayer Mahan - o homem. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.129, n. 04/06-abr/jun. 2009.

_____. Alfred Thayer Mahan e a geopolítica. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.130, n. 04/07, abr./jun. 2010.

ANDERSEN, Bobby; PERRY, Charles M. **Weighing the consequences of China's control over the South China Sea**. Washington: Institute for Foreign Policy Analysis, 2017. Disponível em: <http://www.ifpa.org/pdf/PDF_South%20China%20Sea%20Book_BA_11.21.17.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ANDRADE, Israel; ROCHA, Antonio Jorge; FRANCO, Luiz Gustavo. **Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul: soberania, vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34635>. Acesso em: 17 ago. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2018**. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, 2019. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/arquivos/central-conteudos/anuario-estatistico/2019/anuario-2019-texto-secao-2.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO (ANTAQ). **Anuário Estatístico**

Brasileiro do Transporte Aquaviário 2019. Brasília: Agência Nacional do Transporte Aquaviário, 2019. Disponível em: <<http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BAKER, Rodger; ZHANG, Zhixing. **O paradoxo da estratégia naval da China.** Right Side News. 2012. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2012/07/22/opinio-estrangeira-o-paradoxo-da-estrategia-naval-da-china/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: conceitos fundamentais. BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo (Org.). **Amazônia Azul:** política, estratégia e direito para o oceano do Brasil. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.

BITTENCOURT, Armando de S.; SERAFIM, Carlos Frederico S. **A importância do mar na história do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, 2006, 216p.

BONANATE, Luigi. **A Guerra.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 175 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 1265, de 11 de out. de 1994.** Aprova a Política Marítima Nacional. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1265.htm>. Acesso em : 17 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 5377, de 23 de fev. de 2005.** Aprova a Política Nacional dos Recursos do Mar. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. Escola de Guerra Naval. **Guia para estudos de estratégia.** Rio de Janeiro, RJ, 2006.

_____. Estado-Maior da Armada. **Doutrina militar naval.** Brasília, DF, 2017a.

_____. _____. **Estratégia de ciência, tecnologia e inovação da Marinha do Brasil**. Brasília, DF, 2017b.

_____. _____. **Minuta do plano estratégico da Marinha**. Brasília, DF, 2019a.

_____. _____. **Plano estratégico da Marinha**. Brasília, DF, 2017c.

_____. **Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Brasília, DF, 1999.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. **Lei complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Brasília, DF, 2010.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. Marinha do Brasil. **Instrução normativa nº 1/MB/MD, de 7 de janeiro de 2011**. Conceito para a expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras” perante a Marinha do Brasil. Boletim da Marinha do Brasil. Brasília, DF, 2011a.

_____. _____. **Política naval**. Brasília, DF, 2019b.

_____. Ministério da Defesa. **Doutrina militar de defesa**. Brasília, DF, 2007.

_____. _____. **Doutrina de operações conjuntas**. Brasília, DF, 2011b.

_____. _____. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. _____. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

_____. _____. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF, 2016a.

_____. _____. **Glossário das forças armadas**. 5ª ed. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. **Livro branco de defesa nacional**. Brasília, DF, 2016b.

_____. _____. **Política nacional de defesa**. Brasília, DF, 2016c.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social**. Brasília, DF, 2018.

BUEGER, C; EDMUNDS, T. **Beyond seablindness: a new agenda for maritime security studies**. *International Affairs*, 2017. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ia/article/93/6/1293/4111108>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CABRAL, Ricardo; BAHIA, Nelson. Uma análise dos componentes do poder marítimo brasileiro. **Revista Intelector**, Rio de Janeiro, v. XIV, p. 3-19, jul. dez. 2017. Disponível em: <<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/137/92>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CÁCERES, S. U. **Estrategia marítima, evolución y prospectiva**. Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 2016.

CAMINHA, J. C. G. **Delineamentos da estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982. 524 p.

CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 108 p.

_____. **Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia.** Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1999. 61 p.

CHAN, Minnie; RUI, Guo. China will build 4 nuclear aircraft carriers in drive to catch US Navy. **South China Morning Post**, 9 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/2185081/china-will-build-4-nuclear-aircraft-carriers-drive-catch-us-navy?fbclid=IwAR045vK0oPgvVktinZFJ3ndiPywhurQoP-gejxt8B5k4-X2hU8ivm-bRlyM>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

China. **China defense policy.** Ministry of National Defense, 2015a.

_____. **China military strategy.** Ministry of National Defense, 2015b.

_____. **China's national defense in the new era.** Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019.

CHINOPEdia, 2011. Disponível em: <<http://chinopedia.webnode.es>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Geoestratégia del Atlantico Sur.** Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1992. p. 179.

_____. **Tratado de estratégia:** tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2006.

CROWL, Phillip A. Alfred Thayer Mahan - o historiador naval. In: PARET, Peter (org.) **Construtores da Estratégia Moderna** – Tomo 1. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

CRUZ JUNIOR, Ademar. O Atlântico Sul como nova fronteira tecnológica. BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo (Org.). **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil.** Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.

DIEGUES, A.C.; MILARÉ, L.F.L. Construções da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chi- nesa. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, mai-ago/2012.

DORNELLES, Arthur C. **A modernização militar da China e a distribuição de poder no leste asiático**, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292014000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; LORD, Carnes; CHARLES, Winston. **China goes to sea: maritime transformation in historical perspective**. 1º edição. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. 485 p.

ERICKSON, Andrew S.; GOLDSTEIN, Lyle J.; **China future nuclear submarine force**. 1º edição. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. 398 p.

EUA. **Annual report to congress: military and security developments involving the People's Re- public of China 2019**. Washington: Secretary of Defense, 2019a.

_____. **China military power: modernizing a force to fight and win**. Washington: Defence Intel- ligence Agency, 2019b.

FERNANDES, Ronald A. G. **A estratégia naval da china: contribuições para o pensamento estra- tégico naval do brasil**. 2015. 93 f. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guer- ra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Renato R. **Operações navais no século XXI: tarefas básicas do poder naval para a proteção da amazônia azul**. 2011. 180 f. Tese (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

FILHO, A. V. **Estratégia naval brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v. 1, 1995. 170 p.

FLORES, Mario César; VIDIGAL, Armando A. F. **Desenvolvimento do poder naval brasileiro: tópicos para debate**. Brasília: Ministério da Marinha, 1976.

FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana Cristina. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FRAVEL, M. T. **Active defense: China's military strategy since 2049**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.

FREITAS, Jorge Manuel da C. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 136 p.

FREUND, Julien. **Sociologia del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.

FRIEDE, Reis. Colar de pérolas: a estratégia chinesa para dominar o Mar do Sul da China e a região do oceano Índico. **Revista Marítima Brasileira**, v. 139, jan/mar 2019. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da marinha, 2019.

GHELLER, Gilberto; GONZALES, Selma; MELO, Laerte (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. 645 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/150831_amazonia_e_atlantico_sul_web.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GIELOW, Igor. Brasil volta a mirar o Atlântico Sul mas enfrenta limitações militares. **Folha de São Paulo**, 24 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/brasil-volta-a-mirar-o-atlantico-sul-mas-enfrenta-limitacoes-militares.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

GUIMARÃES, Ricardo. A chegada dos portugueses ao Brasil. ABREU, Guilherme; BARBOSA JUNIOR, Ilques (Org.). **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da marinha, 2018.

HOLMES, James. R.; YOSHIHARA, Toshi. **Chinese naval strategy in 21st century: the turn to Mahan**. New York: Routledge, 2008. 167 p.

_____; _____. **Red star over the Pacific:** China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy. 2ª edição. Annapolis: Naval Institute Press, 2018. 366p.

JUDICE, Luciano; PIÑÓN, Charles. **A defesa do ouro negro da Amazônia Azul.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 392 p.

JUDICE, Luciano. A industrialização da Amazônia Azul. **Revista Marítima Brasileira**, v. 138, out/dez. 2018. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2018.

KAGAN, Donald. **On the origins of war and the preservation of peace.** Nova Iorque: The Anchor Books, 1996.

KEARSLEY, Harold. **Maritime power and the twenty-first century.** Aldershot: Dartmouth Publishing Company, 1992.

KENNEDY, Connor. Strategic strong points and chinese naval strategy. **In China Brief**, volume 19, 22 mar. 2019. Newport: Naval War College, 2019.

KILPATRICK, Ryan. **National humiliation in China.** Hong Kong: University of Hong Kong, 2011. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2011/10/20/national-humiliation-inchina/>>. Acesso: 06 jun. 2019.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise. **História geral e Brasil:** trabalho, cultura, poder. 1ª ed. São Paulo: editora Atual, 2004.

LAN, Gao. **China's maritime great power dream.** Shanghai: Shanghai Remin Press, 2014.

LI, Nan. The evolution of China's naval strategy and capabilities: from "near coast" and "near seas" to "far seas". In: SAUNDERS, Phillip C. et al.. The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles. Washington: **National Defense Press**, 2011. capítulo 5. p. 109-140. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/Books/chinese-navy.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LIMA, Maria Regina S. de. **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

LO, Jung-pang. **China as a sea power, 1127-1368**: a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the chinese people during the southern song and yuan periods. Singapore: National University of Singapore, 2012.

MAHAN, Alfred T. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia**: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Tradução: BORGES, Maria Luiza X. de A. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**. Tradução de Antônio Sepúlveda. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MATTOS, Carlos de M. **Brasil: geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

_____. **Geopolítica e modernidade**: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 156 p.

McCASLIN, Ian B. **The impact of Xi-era reforms on the chinese navy**. Washington: National Defense University, 2019.

McDEVITT, Michael. **China's far sea's navy**: the implications of the "open seas protection" mission. Arlington: "China as a Maritime Power" Conference, 2016.

NAVAS, Matias J. **Malvinas**: la guerra de los neutrales. Buenos Aires: Continente, 2012.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND CO-OPERATION DEVELOPMENT (OECD). **Shipbuilding market developments** 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/ind/shipbuilding-market-developments-Q2-2018.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

O'ROURKE, Ronald. **China naval modernization**: implications for U.S. Navy capabilities. Washington: Congressional Research Service, 2018.

PADFIELD, Peter. **Maritime supremacy and the opening of the westerns mind**. Nova Iorque: Overlook Press, 1999.

REIS, Reginaldo G. G. dos. Os desafios da busca de um Poder Naval no século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, 2^o tri/2013. v. 133 n. 04/06. 2013.

SILVA, Francisco Carlos T.; CABRAL, Ricardo; MUNHOZ, Sidnei; VIEIRA, Paulo. **Impérios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, Natália M. **Poder marítimo e política externa**: a teoria dos triângulos estratégicos de Mahan e a estratégia de ascensão chinesa no índico e no mar do sul da china. 2017. 67 f. TCC de Relações Internacionais. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017.

SPELLER, Ian. **Understanding naval warfare**. New York: Routledge, 2019.

STEIN, Marcia (Coord.). **Amazônia Azul**: a última fronteira. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2013.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **World trade statistical review 2019**. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

XIAOXING, G. **The PLA navy**. New York: CN Times Books, 2014. 215 p.

TILL, Geoffrey. **Poder marítimo: uma guia para el siglo XXI**. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2007. 510 p.

_____. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. 2. ed. Londres: Frank Cass Publishers, 2009.

VIDIGAL, Armando A. F. **Amazônia Azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 308 p.

_____. **O emprego político do poder naval**. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 1980. 48 p.

VIOLANTE, Alexandre R. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.223-260, jan. 2015. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/182/144>>. Acesso em: 24 maio 2019.

ZHAO, Suisheng. **China in Africa: strategic motives and economic interests**. New York: Routledge, 2015.